



Município de Mercedes

Estado do Paraná

LEI N.º 1081/2011, DE 29 DE JUNHO DE 2011.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DO MUNICÍPIO DE MERCEDES PARA O EXERCÍCIO
FINANCEIRO DE 2012, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MERCEDES – ESTADO DO PARANÁ. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte:

L E I

CAPÍTULO I DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º Fica estabelecido, nos termos desta Lei, as diretrizes gerais e as específicas para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do Município de Mercedes para o exercício financeiro de 2012, de conformidade com os princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º A Lei Orçamentária, bem como, suas alterações não destinarão recursos para execução direta, pela Administração Pública municipal de projetos e atividades típicas das Administrações Públicas Federais e Estaduais, ressalvando-se aquelas autorizadas especificamente por Lei.

Parágrafo único. As despesas de competência de outros entes da Federação, só serão assumidas pela Administração Pública municipal, quando firmadas por convênios, acordos ou ajustes e previstas na Lei Orçamentária.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 3º As Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2012, compreendem a seguinte estrutura:

- I - das Diretrizes Gerais;
- II - da Estrutura das Diretrizes Orçamentárias;
- III - das Prioridades e Metas da Administração Pública municipal;
- IV - das Receitas;
- V - das Despesas;
- VI - das Despesas com Pessoal;
- VII - da Gestão Patrimonial;
- VIII - das Metas Fiscais;
- IX - dos Riscos Fiscais;
- X - do Orçamento da Administração Direta;
- XI - dos Fundos Especiais;
- XII - das Disposições Gerais e Finais.

Art. 4º Para efeito desta Lei entende-se por:

I - *Programa*, o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Pluriannual;

II - *Atividade*, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da Ação de Governo;

PUBLICADO	
Data:	02/07/2011
Orgão:	O Presente
Página:	22, 23, 26
Nº Edição	3125



Município de Mercedes

Estado do Paraná

III - *Projeto*, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da Ação de Governo;

IV - *Operação Especial*, as despesas que não contribuem para a manutenção das Ações de Governo das quais não resultam um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens e serviços.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com indicação de suas ações e/ou metas físicas.

Art. 5º O Orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, em conformidade com a Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, as Portarias dela decorrentes, e especificações constantes do plano de conta estabelecido e atualizado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, detalhada por categoria de programação, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, as categorias econômicas, os grupos de natureza da despesa e das modalidades de aplicação.

Art. 6º A Lei Orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais e serviços da dívida, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

Art. 7º O Orçamento Fiscal e o de Investimento compreenderão a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do Município e seus órgãos, instituídos e mantidos pela Administração Pública municipal.

Art. 8º A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - os poderes e órgãos que integrarão a Proposta Orçamentária, de forma a atender os princípios da unidade e universalidade;

II - a origem das fontes de recursos que financiará o orçamento;

III - a demonstração da distribuição despesa aos órgãos e unidades que compõem a Proposta Orçamentária;

IV - a demonstração da previsão da despesa por função de governo;

V - a demonstração da previsão da despesa por categoria econômica e por natureza;

VI - a demonstração da previsão de gasto com pessoal conforme disposto nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000;

VII - a demonstração da previsão de aplicação de impostos e despesa na manutenção e desenvolvimento do Ensino, conforme artigo 212 da Constituição Federal;

VIII - a demonstração da previsão dos recursos vinculados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de conformidade com a Emenda Constitucional nº. 53, de 19 de dezembro de 2006;

IX - a demonstração da previsão de aplicação de recursos na saúde pública, conforme o disposto na Emenda Constitucional nº. 29, de 13 de Setembro de 2000;

X - a demonstração do Orçamento de Capital de forma demonstrar a regra ouro, conforme artigo 12, § 2º da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 9º A Proposta Orçamentária do Município, consolidando todos os seus poderes e órgãos, incluindo o orçamento fiscal e da seguridade social, compor-se-á de:

I - mensagem;

II - projeto de lei orçamentária;

III - tabelas explicativas da receita e despesas;

IV - sumário geral da receita por fontes e das despesas por funções de governo;



Município de Mercedes

Estado do Paraná

V - quadro demonstrativo da receita e despesa, por categorias econômicas;

VI - legislação da receita;

VII - anexo da renúncia de receita;

VIII - quadros das dotações por órgãos do governo e da administração, na forma dos anexos 6 a 9 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964;

IX - anexo demonstrativo da compatibilidade da programação do orçamento com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

X - plano de aplicação dos fundos especiais;

XI - descrição sucinta da competência de cada unidade administrativa e respectiva legislação pertinente.

Art. 10. O Orçamento Geral da Administração Direta do Município abrangerá:

I - Poder Legislativo

II - Poder Executivo:

a) Unidades da Administração Direta;

b) Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

c) Fundo Municipal de Saúde;

d) Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. A estrutura do Orçamento Anual obedecerá à estrutura organizacional vigente à época de seu encaminhamento, adequando-se as alterações previstas para o próximo exercício.

Art. 11. Na elaboração da proposta orçamentária, as receitas e despesas serão orçadas segundo as disposições desta Lei, podendo ainda ser corrigidas, se necessário, durante a execução orçamentária, através de ato próprio do Poder Executivo, até o limite mensal da inflação verificada no período compreendido entre o mês seguinte de sua elaboração até o mês imediatamente anterior à correção.

Parágrafo único. O Poder Executivo explicitará no Projeto de Lei da proposta, o índice de inflação que poderá corrigir a previsão orçamentária.

CAPÍTULO III DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 12. Tendo como objetivo a melhoria da qualidade de vida do cidadão, o Município de Mercedes estabelece as seguintes prioridades, que nortearão a elaboração do Orçamento Anual:

I - implementar políticas de inclusão social;

II - modernização na ação governamental;

III - promover o desenvolvimento econômico sustentável;

IV - a geração de emprego e renda, através de incentivo à iniciativa privada, de assessoria técnica e gerencial e de qualificação de mão-de-obra;

V - a educação ambiental, para comprometer o cidadão na construção de um ambiente saudável que atenda as suas necessidades de satisfação estética e de bem-estar;

VI - a formação de cidadãos de sucesso, com a garantia de um ensino com padrão de qualidade;

VII - o atendimento básico em saúde, através de serviços de ordem preventiva e curativa.

Art. 13. Na elaboração e durante a execução do Orçamento do exercício de 2012 o Poder Executivo Municipal, poderá alterar as metas definidas nesta Lei, aumentando ou diminuindo seus quantitativos a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades da sociedade.

Art. 14. A Proposta Orçamentária do Município, relativa ao exercício de 2012, deverá ser elaborada de conformidade com os diversos princípios, além dos contábeis, o de justiça social e o da transparéncia social.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

I - o princípio de justiça social implica em assegurar que os programas dispostos na Proposta Orçamentária, contribuam para a redução das desigualdades sociais entre os indivíduos, bem como no combate a qualquer tipo de exclusão social, principalmente aos municípios mais necessitados;

II - o princípio da transparéncia social requer a observância da utilização dos diversos meios de comunicações disponíveis, a fim de garantir o livre acesso e participação dos cidadãos às informações relativas ao orçamento, inclusive na discussão em audiências públicas.

CAPÍTULO IV DAS RECEITAS

Art. 15. Na estimativa das receitas observará as normas técnicas e legais, considerará os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de outro fator relevante e será acompanhada de demonstrativos de sua evolução nos exercícios de 2008, 2009 e 2010, da previsão do exercício de 2011 e da projeção para os exercícios de 2012, 2013 e 2014, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Parágrafo único. A concessão de benefícios fiscais de caráter geral será considerada na previsão da Receita Orçamentária de forma a assegurar o cumprimento das metas fiscais previstas para o exercício.

Art. 16. A estimativa da renúncia de receita prevista no Anexo de Metas Fiscais deverá ser demonstrada através de anexo próprio na proposta orçamentária, contendo o seguinte:

I - a margem para concessão de renúncia de receita;

II - a descrição dos atos legais que fundamentam a renúncia de receita;

III - demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita constante da previsão orçamentária.

Art. 17. No Projeto de Lei Orçamentária, o montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior aos das despesas de capital.

Art. 18. O Poder Executivo revisará e aperfeiçoara a aplicação da legislação tributária, objetivando promover a justiça fiscal do Município e assegurar o cumprimento das metas fiscais.

CAPÍTULO V DAS DESPESAS

Art. 19. A previsão da despesa será revista segundo os preços e custos correntes, vigentes em 1º de Agosto de 2011, e será compatível com as prioridades e metas previstas na presente Lei.

Art. 20. Os critérios para distribuição dos recursos para os órgãos e os poderes do município obedecerão prioritariamente às despesas com pessoal e seus encargos sociais, serviços da dívida, outras despesas de custeio administrativo operacional e precatórios judiciais, após poderão ser programados recursos ordinários para atender despesas de capital.

Parágrafo único. A Previsão Orçamentária não conterá dotação destinada a investimentos em obras novas não incluídas no PPA – Plano Plurianual, excluídas as obras de conservação e adaptação de bens imóveis pertencentes ao Patrimônio Público Municipal.

Art. 21. Durante a execução orçamentária os atos que resultarem na criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa não prevista no orçamento exigir-se-á o seguinte:

I - estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário nos exercícios de 2012, 2013 e 2014 e das premissas e metodologia de cálculo utilizado;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual, tenha compatibilidade com o Plano Plurianual e com esta Lei.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Art. 22. As despesas correntes derivadas de leis ou atos administrativos, que fixem para o Município a obrigação legal de sua execução, por um período superior a dois exercícios deverão estar instruídas das exigências estabelecida no Inciso I do artigo anterior e acompanhada de comprovação de que não afetará as metas de resultados fiscais.

§ 1º Será considerado aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado, que ultrapasse um período superior a dois exercícios.

§ 2º Entendem-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, do artigo 16 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 23. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do *caput* deste artigo.

Art. 24. Os projetos, atividades e operações especiais com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros recursos vinculados, somente serão executados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa do respectivo órgão.

Art. 25. As obras iniciadas sob a responsabilidade do Município terão prioridade na alocação dos recursos até sua conclusão.

Art. 26. O Poder Executivo é autorizado a celebrar convênios, acordos, ajustes ou congêneres, conforme legislação pertinente, objetivando contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, desde que haja interesse do Município ou alguma forma de resarcimento.

Art. 27. Os Poderes Legislativo e Executivo são autorizados a promover as alterações e adequações na legislação de pessoal e nas estruturas dos quadros de pessoal, com objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia nas ações institucionais e na prestação de serviços públicos, desde que observado o que dispõe o artigo 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO VI DA DESPESA COM PESSOAL

Art. 28. A Administração Direta obedecerá rigorosamente os limites estabelecidos para as despesas com pessoal, e as seguintes condições:

I - caso a despesa com pessoal ultrapasse o limite prudencial, ou seja, o percentual de 95% (noventa e cinco por cento) do limite correspondente a cada Poder, até que comprove o retorno nos relatórios fiscais do quadrimestre seguinte, ficam proibidos os seguintes atos:

- a) conceder qualquer tipo de vantagens que aumente a despesa;
- b) conceder gratificação a qualquer título;

c) aumento salarial, salvo se for em decorrência de sentença judicial, de lei ou contrato, ressalvada a revisão geral anual;

- d) criar cargo, emprego ou função;
- e) alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

f) preencher cargo público;

g) admitir ou contratar pessoal a qualquer título, ressalvada para repor servidores que se aposentarem ou falecerem das áreas de educação, saúde e de utilidade pública;

h) contratar horas extras;

i) conceder promoções e os avanços previstos no plano de carreira;



Município de Mercedes

Estado do Paraná

II - se a despesa total com pessoal de cada Poder ultrapassar os limites máximos definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, sem prejuízo das medidas previstas no Inciso I deste artigo, o excedente terá que ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as seguintes providências:

- a) redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e função de confiança;
- b) exoneração dos servidores não estáveis;
- c) perda de cargo de servidor estável, nos termos e condições estabelecidas na Constituição Federal.

Art. 29. Os Poderes Legislativo e Executivo são autorizados a conceder vantagens ou aumento de remuneração, a criação de cargos e funções ou alteração de estrutura de carreira, a admissão de pessoal a qualquer título, condicionado as seguintes exigências:

I - comprovação de que a despesa com pessoal não esteja extrapolando limite de alerta, ou seja, o percentual de 90% (noventa por cento) dos limites para cada poder, estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal;

II - declaração expressa do ordenador de despesa de cada poder, que a projeção da despesa ao longo dos 12 (doze) meses não ultrapassará percentual de que trata o inciso anterior;

III - demonstrativo da estimativa do impacto na previsão orçamentária nos exercícios de 2012, 2013 e 2014, e a origem dos recursos para o custeio da despesa;

IV - se houver prévia dotação suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

§ 1º Exclui-se das exigências estabelecidas neste artigo, a despesa obrigatória de caráter continuado decorrente da revisão geral dos servidores, prevista no artigo 37, X, da Constituição Federal, que tem por finalidade a recomposição do poder aquisitivo dos vencimentos defasados em razão da inflação, nos termos do artigo 17, § 6º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, cuja autorização será estabelecida em lei específica.

§ 2º Os recursos para as despesas decorrentes dos atos previstos no *caput* deste artigo deverão estar previstos no orçamento ou acrescidos por créditos adicionais.

CAPÍTULO VII DA GESTÃO PATRIMONIAL

Art. 30. As disponibilidades de caixa do Município serão obrigatoriamente depositadas em instituições financeiras oficiais.

Art. 31. O produto de alienação de bens e direitos que integram o Patrimônio Municipal deverá ser aplicado obrigatoriamente em despesas de capital, de forma a preservar o Patrimônio Público.

Art. 32. Em atendimento ao Parágrafo único do artigo 45 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, os projetos em andamento por ocasião do encaminhamento desta Lei de Diretrizes Orçamentárias estão especificados no Relatório contido no Anexo IV desta Lei.

CAPÍTULO VIII DAS METAS FISCAIS

Art. 33. Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as prioridades e metas da Administração Pública municipal para o exercício financeiro de 2012 são as especificadas no Anexo I que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Art. 34. Nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000, fica estabelecido no Anexo II da presente Lei, as Metas Fiscais para o exercício financeiro de 2012, no sentido de alcançar o superávit primário e de resultado nominal, necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira do Município.

§ 1º O Anexo II que comprehende as Metas Fiscais, conterá:

I - Adendo 1: Metas Anuais;

II - Adendo 2: Avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;

III - Adendo 3: Metas Fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;

IV - Adendo 4: Evolução do patrimônio líquido, origem e aplicação dos recursos obtidos com alienação de ativos;

V - Adendo 5: Avaliação da situação financeira e atual do Fundo Previdenciário Próprio dos Servidores Públicos;

VI - Adendo 6: Estimativa e compensação da renúncia de receita;

VII - Adendo 7: Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

§ 2º Para a elaboração dos adendos do Anexo II de Metas fiscais, foi utilizada a metodologia e memória de cálculo apresentadas pelos Demonstrativos I e II, da Receita, Demonstrativo III, da Despesa, Demonstrativo IV, do Resultado Primário, Demonstrativo V, do Resultado Nominal e Demonstrativo VI, da Dívida Pública, que são parte integrante desta Lei.

§ 3º Os valores das Metas Fiscais em anexo devem ser vistos como indicativo, para tanto, ficam admitidas variações de forma a acomodar a trajetória que as determinem, até o envio do Projeto da Lei Orçamentária para 2012.

§ 4º Após a aprovação legislativa da Previsão Orçamentária, o Anexo II que trata das metas fiscais poderá ser reformulado, objetivando adequar as alterações advindas de mudanças na legislação tributária, financeira e orçamentária que venham a ser promovidas pelo Governo Federal no decorrer do exercício, ou resultantes do comportamento da economia nacional, sem prejuízo das metas estabelecidas.

Art. 35. O Poder Executivo demonstrará, em audiência pública perante a Comissão Permanente de Finanças e Orçamento do Poder Legislativo Municipal, até o final dos meses de maio e setembro de 2012 e no mês de Fevereiro de 2013, a avaliação em relatórios quadrimestrais das metas fiscais estabelecidas e executadas.

Art. 36. Se verificado ao final do bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os Poderes Legislativo e Executivo promoverão por ato próprio a limitação de empenhos e movimentação financeira segundo os seguintes critérios:

I - redução na mesma proporção entre o previsto e a expectativa de receita, nas despesas e transferências, excluídas:

a) as de pessoal e seus encargos patronais;

b) ao pagamento dos serviços da dívida;

c) as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do Município (Saúde, Educação, assistência social, precatórios e serviços de utilidade pública);

d) as decorrentes de convênios, acordo e ajustes firmados com o Governo Federal e Estadual;

e) das obras em andamento;

II - vedação de empenhos que se destinem a:

a) inicio de obras e instalações, inclusive as destinadas a conservação e adaptação de bens imóveis;

b) aquisição de bens imóveis por compra, desapropriação ou dação;

c) aquisição de equipamentos e material permanente, exceto destinado às atividades que constituem obrigações constitucionais;

d) abertura de créditos especiais que envolvam recursos próprios;



Município de Mercedes

Estado do Paraná

e) demais despesas que poderão ser evitadas que não venham causar implicações de ordem legal.

§ 1º As hipóteses indicadas nas alíneas "a" e "d" do inciso II deste artigo são meramente indicativas, cabendo ao ordenador da despesa decidir sobre aquelas cuja vedação cause menos impacto à população e ao funcionamento de atividades e projetos em execução.

§ 2º No caso de restabelecimento da receita prevista ou do cumprimento das metas fiscais, a execução retornará a normalidade.

CAPÍTULO IX DOS RISCOS FISCAIS

Art. 37. Para efeito do disposto no inciso III do artigo 5º da Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000, a Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor não inferior ao percentual de 0,5% (meio por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício, destinada ao atendimento de riscos fiscais como despesas judiciais extraordinárias e outros passivos contingentes.

§ 1º Caso não ocorram os passivos contingentes e riscos fiscais, citados no *caput* deste artigo, até o final do décimo mês do exercício de 2012, a totalidade dos recursos da Reserva de Contingência poderá ser indicada como fonte de recurso para abertura de Créditos Adicionais.

§ 2º As possíveis despesas contingenciais e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, estão avaliados no Anexo III que trata dos Riscos Fiscais, em cumprimento ao § 3º do artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO X DO ORÇAMENTO

Art. 38. O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá a seleção das prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, a serem incluídas no Projeto de Lei do Orçamento Anual, podendo, se necessário, incluir programas não previstos, desde que financiados com recursos de outras esferas de governo e entidades internas e externas.

Art. 39. O total da despesa da Câmara Municipal não poderá ultrapassar os limites do artigo 29-A, da Constituição Federal, com a redação dada pelas Emendas Constitucionais nº. 25, de 14 de fevereiro de 2000 e nº. 58, de 23 de setembro de 2009.

Parágrafo único. Os repasses do Poder Executivo a Câmara Municipal, para as despesas com pessoal e subsídio dos Vereadores, será em consonância com os dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, das Emendas Constitucionais nº. 25, de 14 de fevereiro de 2000 e 58, de 23 de setembro de 2009 e do inciso XV do artigo 58 da Lei Orgânica do Município de Mercedes.

Art. 40. O Município aplicará vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos conforme dispõe o artigo 212 da Constituição Federal, na manutenção e desenvolvimento do ensino, devendo aplicar sessenta por cento dos recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, na remuneração dos profissionais que atuam no magistério, em efetivo exercício de suas atividades na educação básica, conforme estabelece a Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006.

Art. 41. Nas ações e serviços públicos de saúde, o Município aplicará no mínimo o percentual de quinze por cento da receita resultante de impostos, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº. 29, de 13 de Setembro de 2000, em conformidade com as orientações aprovadas pela Resolução nº. 322, de 08 de maio de 2003, do Conselho Nacional de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos transferidos pelo Ministério da Saúde para o custeio do Sistema Único de Saúde - SUS, para o desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde não integram o cálculo de que trata este artigo.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Art. 42. A contratação de serviços de consultoria tem por finalidade a execução de atividades que não possam ser desempenhadas por servidores dos Poderes Legislativo e Executivo ou para desempenho técnico de serviços necessários ao cumprimento de exigências legais que requerem certo grau de complexidade, publicando-se no órgão oficial do Município o extrato do contrato, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993.

Art. 43. O Município poderá, mediante prévia autorização Legislativa, conceder ajuda financeira a título de "transferências voluntárias", a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, agricultura ou associação comercial.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de transferências voluntárias, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular no último exercício e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º As entidades beneficiadas nos termos deste artigo prestarão contas ao Poder Executivo, dos recursos recebidos, ficando proibido novo repasse caso tenha prestação de contas pendente.

§ 3º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 4º Os repasses e recursos serão efetivados mediante convênio conforme determina o artigo 116 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993.

§ 5º Excetuam-se do disposto nos incisos I, e II deste artigo as Associações de Pais e Mestres – APM's das Escolas Municipais, e outras Associações representativas de classes que venham prestar serviços ao Município, caso em que será firmado Termo de Cooperação Técnica Financeira.

Art. 44. Nos termos dos artigos 7º, 42 e 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, para o exercício de 2012, até o limite que será determinado na Lei Orçamentária Anual, por superávit financeiro, excesso de arrecadação e anulação parcial ou total de dotações orçamentárias.

§ 1º A autorização de que trata o *caput* deste artigo, será extensiva às dotações orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo.

§ 2º A suplementação do orçamento pelo valor do excesso de arrecadação ou por superávit financeiro, até o limite do efetivo excesso ou superávit verificado no exercício não será computada para efeito do limite autorizado na lei orçamentária.

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder os ajustes dos valores constantes do Anexo I - Das metas e prioridades desta Lei, quando da abertura de créditos adicionais suplementares, no mesmo percentual autorizado pela Lei Orçamentária.

Art. 45. Fica o Poder Executivo autorizado, mediante decreto, a transpor, remanejar ou transferir, total ou parcialmente, recursos de uma mesma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, entre unidades orçamentárias, fundos ou categorias econômicas da despesa, respeitada a vinculação das fontes de recursos dentro das respectivas áreas de atuação nos termos do inciso VI, artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 46. A Assessoria Jurídica do Município encaminhará à Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças até 30 de Julho do corrente ano, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais a serem incluídos na Proposta Orçamentária de 2012 devidamente atualizados, conforme determinado pelo art. 100, § 5º, da Constituição Federal, especificando:

- I - número e data do ajuizamento da ação originária;
- II - número do precatório;
- III - tipo da causa julgada;
- IV - data da autuação do precatório;



Município de Mercedes

Estado do Paraná

- V - nome do beneficiário;
- VI - valor do precatório a ser pago;
- VII - data do trânsito em julgado; e
- VIII - número da vara ou comarca de origem.

CAPÍTULO XI DOS FUNDOS ESPECIAIS

Art. 47. Os Fundos Municipais de que trata as alíneas "b", "c" e "d" do inciso II do artigo 10 desta Lei, terão contabilidade centralizada na Contabilidade do Executivo Municipal e integrará a proposta orçamentária da Administração Direta, em nível de unidade orçamentária, e conterá plano de aplicação que explicitará:

I - as fontes dos recursos financeiros classificados nas categorias econômicas: Receitas Correntes e Receita de Capital;

II - as aplicações, onde serão discriminadas:

a) os projeto e atividades que serão desenvolvidas através do Fundo;

b) os recursos destinados ao cumprimento das metas, das ações, classificadas sob as

Categorias Econômicas: Despesas Correntes e Despesas de Capital;

III - movimentação bancária em conta especial e vinculada ao respectivo Fundo, devidamente separada das demais contas mantidas pelo Executivo Municipal.

CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 48. A Proposta Orçamentária do Poder Legislativo será elaborada pela Câmara Municipal e encaminhada ao Executivo Municipal até a data de 15 de agosto de 2011, para compor o Projeto de Lei do Orçamento Geral do Município, nos termos da legislação pertinente e no limite estabelecido pelas Emendas Constitucionais nº. 25, de 14 de Fevereiro de 2000 e 58, de 23 de setembro de 2009.

Art. 49. A Proposta do Orçamento Geral do Município será encaminhada pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo até a data de 30 de setembro de 2011, para ser apreciada e deliberada nos termos da legislação em vigor, devendo ser devolvida para sanção até 15 de dezembro de 2011.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2012, fica o Executivo Município autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de Decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício de 2011, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos e a meta de resultado primário.

§ 4º As emendas ao Projeto de Lei do Orçamento somente podem ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com as disposições desta Lei, inclusive com o Anexo de Metas Fiscais;

II - estejam em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial a capacidade orçamentária e financeira do Município;

III - sejam relacionadas com a correção de erros ou omissões.

Art. 50. Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo tomará as seguintes providências:

I - estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal;



Município de Mercedes

Estado do Paraná

II - desdobrará em metas bimestrais de arrecadação as receitas previstas no Orçamento Anual, e demais exigências estabelecidas no artigo 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

III - determinará o desdobramento da Despesa Orçamentária, de forma estabelecer o QDD – Quadro de Detalhamento da Despesa Orçamentária.

Art. 51. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mercedes, Estado do Paraná, em 29 de junho de 2011.

Vilson Schwantes
PREFEITO

Vilson Schwantes
CPF: 512.899.979-34
Prefeito

MUNICIPIO DE MERCEDES
ESTADO DO PARANÁ
ANEXO I – METAS E PRIORIDADES – LDO 2012

PROGRAMA: 001 – LEGISLATIVO DINAMICO

OBJETIVO: Legislar sobre assuntos municipais, fiscalizar a administração pública municipal, julgar anualmente as contas do município, visando atender atender as exigências e exercer competências definidas na Constituição Federal, na Constituição Estadual, na Lei Orgânica do Município, na Legislação Municipal e no Regime Interno.

AÇÃO	Descrição da ação	Produto	Un. Med.	Meta Física	Valor da Ação	Valor do Programa
2001	Manutenção das Atividades Legislativas	Sessões Ordinárias	un.	38	623.847,00	623.847,00

PROGRAMA: 002 – GABINETE DE AÇÕES PARTICIPATIVAS

OBJETIVO: Manter os fundamentos da governabilidade fiscal, promovendo política de desenvolvimento, garantindo condições de maior eficiência e eficácia da gestão pública, divulgar os atos e ações da administração, acompanhar as questões jurídicas, bem como, executar as funções de controle interno.

AÇÃO	Descrição da ação	Produto	Un. Med.	Meta Física	Valor da Ação	Valor do Programa
2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	Dias de expediente	un.	240	353.060,00	515.540,00
2003	Manutenção da Assessoria Jurídica	Dias de expediente	un.	240	61.000,00	
2005	Divulgações de Atos Oficiais	Divulgação de Atos Oficiais	un.	600	52.000,00	
2006	Manutenção dos Serviços de Controle Interno	Dias de expediente	un.	240	49.480,00	

PROGRAMA: 003 – MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

OBJETIVO: Promover a modernização administrativa no órgãos municipais, através de capacitação do quadro de servidores, consultoria administrativa, e prestação de serviços, auxiliando na execução dos programas finalísticos, viabilizar, supervisionar, locar e adquirir sistemas, suprimentos, equipamentos de informática, levando a informatização a todos os órgãos da administração pública.

AÇÃO	Descrição da ação	Produto	Un. Med.	Meta Física	Valor da Ação	Valor do Programa
2007	Ações da Secretaria de Planejamento, Adm. E Finanças	Dias de expediente	un.	240	1.433.100,00	1.627.130,00
2008	Manutenção, Melhorias e Conservação de Prédios Públicos	Manutenção dos Prédios Públicos	m²	4100	58.030,00	
1002	Aquisição de Veículo	Aquisição de Veículo	un.	1	60.000,00	
2009	Ações da Sec. De Coordenação e Gestão Governamental	Dias de expediente	un.	240	76.000,00	

PROGRAMA: 004 – EDUCAÇÃO COMPROMISSO DE CRESCIMENTO

OBJETIVO: Garantir o acesso, a permanência de crianças em idade escolar, no ensino infantil e fundamental, estimular e assegurar a educação de jovens e adultos, disponibilizar condições físicas e humanas adequadas para um bom atendimento, desenvolver ações diversas, visando atender a demanda do ensino básico.

AÇÃO	Descrição da ação	Produto	Un. Med.	Meta Física	Valor da Ação	Valor do Programa
2010	Ações da Secretaria de Educação e Cultura	Dias de expediente	un.	240	166.000,00	3.253.140,00
1003	Infraestrutura – Ensino Fundamental	Infraestrutura educacional	m ²	1000	10.000,00	
2011	Manutenção da Rede de Ensino Fundamental	Alunos matriculados	un.	470	444.500,00	
2012	Ensino Fundamental – FUNDEB 60%	Professores Remunerados	un.	34	748.590,00	
2013	Ensino Fundamental – FUNDEB 40%	Alunos matriculados	un.	480	37.410,00	
1004	Infraestrutura – Educação Infantil	Infraestrutura educacional	m ²	230	15.000,00	
2014	Educação Infantil – FUNDEB	Professores Remunerados	un.	7	442.500,00	
2015	Manutenção da Educação Infantil	Alunos matriculados	un.	185	138.000,00	
2016	Manutenção da Creche Municipal	Crianças atendidas	un.	110	253.900,00	
2017	Manutenção da Educação Especial	Alunos matriculados	un.	9	46.000,00	
2018	Manut. da Educação de Jovens e Adultos – FUNDEB 60%	Alunos matriculados	un.	15	18.500,00	
2019	Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	Alunos matriculados	un.	15	4.500,00	
2020	Manutenção do Programa de Merenda Escolar	Forn. De Alimentação escolar com qualidade	un.	16000	117.000,00	
2021	Manutenção dos Serviços de Transporte Escolar	Transporte de alunos	un.	600	486.240,00	
2022	Manutenção do Programa Crédito Educativo	Universitários Beneficiados	un.	50	160.000,00	
2023	Programa de Apoio ao Transporte Escolar Ensino Superior	Universitários Beneficiados	un.	85	65.000,00	
1022	Construção de Cheche	Infraestrutura educacional	ml	1.019,48	100.000,00	

PROGRAMA: 005 – GESTÃO CULTURAL

OBJETIVO: Promover ações voltadas às atividades artístico-cultural, propiciar e estimular a comunidade, através de eventos e desenvolvimento de projetos patrocinados pelo município.

AÇÃO	Descrição da ação	Produto	Un. Med.	Meta Física	Valor da Ação	Valor do Programa
2024	Manutenção das Atividades do Centro Cultural	Pessoas atendidas	un.	400	168.200,00	168.200,00

PROGRAMA: 006 – SAÚDE GERANDO QUALIDADE DE VIDA

OBJETIVO: Realizar ações que visem assistência à saúde da população, de forma integralizada priorizando os aspectos preventivos e curativos, através das unidades de saúde e do gerenciamento do sistema único de saúde.

AÇÃO	Descrição da ação	Produto	Un. Med.	Meta Física	Valor da Ação	Valor do Programa
2025	Ações da Secretaria de Saúde	Dias de expediente	un.	240	118.000,00	2.924.269,80
2026	Contribuição ao Consórcio Intermunicipal de Saúde - Cis	Atendimento Especializado	un.	1200	236.500,00	
2027	Apoio as ações de Saúde	Pessoas atendidas	un.	4000	247.105,00	
2028	Manutenção dos Programas de Saúde	Atendimento específico	un.	1200	224.255,00	
2029	Manutenção dos Postos Municipais de Saúde	Pessoas atendidas	un.	4000	1.587.979,80	
2030	Manut. Dos Serviços de Orientação e Vig. Sanitária	Acum. E enquadramento na legislação sanitária	un.	183	43.350,00	
2031	Manutenção do Programa de Atenção Básica	Famílias atendidas	un.	1470	380.280,00	
2032	Manut. Do Prog. De Vig. Epidemiologia e Cont. De Doenças	Ações de prolifexia	un.	10	66.800,00	
2033	Manut. Convênio Consórcio Integrestores Paraná Saúde	Pessoas atendidas	un.	4000	20.000,00	

PROGRAMA: 007 – DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO COM SUSTENTABILIDADE

OBJETIVO: Promover o atendimento ao homem do campo, estimulando a diversificação da produção agrícola, visando maior agregação de valor e melhoria de renda. Geração de empregos no campo industrialização e transformação, abastecimento, circulação, saneamento, treinamento, bem como, participação em programas municipais, estimulando o comprometimento da sociedade na construção e na conservação de um ambiente saudável e equilibrado.

AÇÃO	Descrição da ação	Produto	Un. Med.	Meta Física	Valor da Ação	Valor do Programa
2034	Ações da Secretaria de Agric. Pecuária e Meio Ambiente	Dias de expediente	un.	240	303.100,00	1.172.470,00
1006	Convênio Patrulha Agrícola	Conv. Patrulha Agrícola	un.	2	110.000,00	
2035	Ações de Incentivo a Produção	Produtores Rurais Atendidos	un.	915	239.100,00	
2036	Manutenção do Convênio com a Emater	Parceria com órgão técnico	un.	1	20.000,00	
2037	Manut. e Implantação de Abastecedouros Comunitários	Famílias atendidas	un.	640	32.500,00	
2038	Manutenção e Conservação dos Equipamentos	Produtores Rurais Atendidos	un.	915	320.000,00	
2039	Manut. Do Fundo Municipal do Meio Ambiente	Desenvolvimento da agroecologia	un.	1	147.770,00	

PROGRAMA: 008 – INFRAESTRUTURA URBANA

OBJETIVO: Desenvolver ações que visem a execução dos serviços urbanos, e as atividades inerentes a infraestrutura básica do município, buscando oferecer a população melhor qualidade de vida.

AÇÃO	Descrição da ação	Produto	Un. Med.	Meta Física	Valor da Ação	Valor do Programa
2040	Ações da Sec. de Viação, Obras e Serviços Urbanos	Dias de expediente	un.	240	282.160,00	1.749.920,00
2041	Obras e Manut. E Mel. Urbanas e Outras Prior. – CIDE	Barros atendidos	m ²	5.000	28.700,00	
2042	Mantenção dos Serviços Públicos	Dias de expediente	un.	240	404.860,00	
1007	Const., Ampl. E Manut. de galerias de águas pluviais	Bairros atendidos	ml	400	65.000,00	
2043	Manut. E Modern. Do Sistema de abastecimento de Água	Fornecimento de água potável	un.	1230	432.500,00	
1008	Ampliação da Ribeira de Iluminação Pública	Bairros atendidos	ml	200	50.000,00	
2044	Mantenção da Rede de Iluminação Pública	Bairros atendidos	ml	25200	182.200,00	
1009	Paviment. E obras Complementares na Sede Municipal	Bairros atendidos	m ²	7000	260.000,00	
2045	Manut. E Melhorias de Ruas e Avenidas	Bairros atendidos	m ²	5000	44.500,00	

PROGRAMA: 009 – INFRAESTRUTURA RURAL

OBJETIVO: Desenvolver ações que visem a execução dos serviços rurais, e as atividades inerentes a infraestrutura básica do município, buscando oferecer a população melhor qualidade de vida.

AÇÃO	Descrição da ação	Produto	Un. Med.	Meta Física	Valor da Ação	Valor do Programa
1011	Paviment. E obras Complementares em Entradas Vicinais	Localidades atendidas	ml	5.000	60.000,00	1.137.750,00
1012	Const. E Manutenção de Abrigos para Passageiros	Abrigos p/ usuários de Transp. Coletivo	un.	59	15.000,00	
2046	Mantenção da Malha Viária	Recuperação de estradas	km	213	1.045.750,00	
2047	Mantenção da Balsa	Transporte fluvial	un.	2288	7.000,00	
1018	Aquisição de Equipamentos rodoviários e ou pesados	Aquisição de Equipamentos	un.	1	10.000,00	

PROGRAMA: 010 - PLANEJANDO O FUTURO

OBJETIVO: Desenvolver ações que visem o desenvolvimento industrial e comercial do município.

AÇÃO	Descrição da ação	Produto	Un. Med.	Meta Física	Valor da Ação	Valor do Programa
2048	Ações das Atividades e Incentivos à Industrialização	Emp. Beneficiadas	un.	10	86.550,00	253.990,00
2049	Incentivo a Política do Comércio	Realização de eventos	un.	3	32.440,00	
2050	Realização de Exposições, Feiras e Festas	Realização de eventos	un.	3	100.000,00	
1013	Constituição de Bairros Industriais	Consistuições de bairros	m ²	150	35.000,00	

PROGRAMA: 011 – AÇÕES INTEGRADAS DE ASSISTENCIA SOCIAL

OBJETIVO: Promover a inclusão dos destinatários da assistência social, garantindo-lhes acesso aos bens e serviços básicos, com qualidade, contribuindo para a melhoria de condições de vida, implantar planos, programas, serviços e projetos, bem como, desenvolver ações direcionadas as crianças e aos adolescentes e as associações comunitárias.

AÇÃO	Descrição da ação	Produto	Un. Med.	Meta Física	Valor da Ação	Valor do Programa
1001	Ação Comunitária	Atendimento de Associações	un.	4	15.000,00	876.148,50
2051	Ações da Secretaria de Assistência Social	Dias de expediente	un.	240	370.330,00	
2052	Manut. das Atividades do Centro de Convivência do Idoso	Valorizando a melhor idade	un.	415	44.868,50	
2053	Manut. Das Associações Comunitárias e Assistenciais	Atendimento de Associações	un.	22	35.000,00	
2054	Manutenção dos Programas de Assistência Social	Serviço social básico p/ famílias	un.	300	72.500,00	
2055	Manut. do Centro de Referência da Assistência Social	Dias de expediente	un.	240	106.000,00	
2056	Manut. Das Ações de Assist. Às Portadores de Défic.	Famílias atendidas	un.	52	11.650,00	
2060	Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar	Dias de expediente	un.	240	17.000,00	
2061	Proteção Social Especial	Famílias atendidas	un.	100	110.000,00	
6002	Atenção à criança e ao adolescente em ativ. De contra-turno social	Crianças atendidas	un.	440	93.800,00	

PROGRAMA: 012 – ESPORTE E LAZER PARA TODOS

OBJETIVO: Propiciar e estimular a comunidade a práticas de atividades físicas, de lazer e de esporte, analisar diversos tipos de espaços existentes com potencial turístico, promovendo a avaliando suas características do ponto de vista de implantação e melhoria de empreendimentos que atenda satisfatoriamente a população visitante.

AÇÃO	Descrição da ação	Produto	Un. Med.	Meta Física	Valor da Ação	Valor do Programa
2057	Ações da Secretaria de Esporte Turismo e Lazer	Dias de expediente	un.	240	113.365,00	599.695,00
1014	Cont. Ampliação e Melhorias da Infraestrutura Esportiva	Infraestrutura esportiva	m ²	1300	22.000,00	
2058	Manutenção das Atividades Desportivas	Realização de eventos	un.	15	390.000,00	
2059	Prom. Do Turismo de Desenvol. Econômico Municipal	Realização de eventos	un.	2	29.000,00	
1015	Const. Manut. e Melhoria de Parques e Projetos de Turismo e Lazer	Manutenção de Parques de lazer	m ²	30000	45.330,00	

PROGRAMA: 013 – ENCARGOS ESPECIAIS

OBJETIVO: Atender despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resultam um produto, e não geram contraprestação direta sob forma de bens ou serviços, tais como amortização e juros de dívidas como dívida fundada interna, PASP, pensões e aposentadorias.

AÇÃO	Descrição da ação	Produto	Un. Med.	Meta Física	Valor da Ação	Valor do Programa
0001	Encargos Gerais do Município	Pag. De juros e dívida	un.	4	633.699,70	633.699,70

PROGRAMA: 9999 – RESERVA DE CONTINGENCIA

OBJETIVO: Atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

AÇÃO	Descrição da ação	Produto	Un. Med.	Meta Física	Valor da Ação	Valor do Programa
9999	Reserva de Contingência	Reserva Orçamentária	un.	1	64.200,00	64.200,00

CÓDIGO	PROGRAMAS	RS
001	LEGISLATIVO DINAMICO	623.847,00
002	GABINETE DE AÇÕES PARTICIPATIVAS	515.540,00
003	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	1.627.130,00
004	EDUCAÇÃO COMPROMISSO DE DESENVOLVIMENTO	3.253.140,00
005	GESTÃO CULTURAL	168.200,00
006	SAÚDE GERANDO QUALIDADE DE VIDA	2.924.269,80
007	DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO COM SUSTENTABILIDADE	1.172.470,00
008	INFRAESTRUTURA URBANA	1.749.920,00
009	INFRAESTRUTURA RURAL	1.137.750,00
010	PLANEJANDO O FUTURO	253.990,00
011	ACÕES INTEGRADAS DE ASSISTENCIA SOCIAL	876.148,50
012	ESPORTE E LAZER PARA TODOS	599.695,00
013	ENCARGOS ESPECIAIS	633.699,70
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	64.200,00
TOTAL		15.600.000,00

ANEXO II - DAS METAS FISCAIS
Adendo "1"

Das Metas Anuais
(Artigo 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000)

ESPECIFICAÇÃO	2012			2013			2014		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB x 100)	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (a/PIB x 100)	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (a/PIB x 100)
Receita Total	15.600.000,00	14.928.229,67	-	16.590.000,00	15.191.959,89	-	16.880.000,00	14.791.886,68	-
Receitas Primárias (I)	15.427.000,00	14.762.679,43	-	16.139.100,00	14.779.057,26	-	16.700.000,00	14.634.153,29	-
Despesa Total	15.535.800,00	14.866.794,26	-	16.519.000,00	15.126.943,06	-	16.811.000,00	14.731.422,21	-
Despesas Primárias (II)	15.002.100,30	14.356.076,84	-	16.360.000,00	14.981.342,00	-	16.240.000,00	14.231.056,85	-
Resultado Primário (III) = (I – II)	424.899,70	406.602,58	-	-220.900,00	-202.284,75	-	460.000,00	403.096,44	-
Resultado Nominal	259.826,00	248.637,32	-	180.000,00	164.831,39	-	-435.000,00	-381.189,02	-
Dívida Pública Consolidada	1.633.826,00	1.563.469,86	-	1.883.826,00	1.725.075,89	-	1.503.826,00	1.317.797,62	-
Dívida Consolidada Líquida	-281.174,00	-269.066,03	-	-101.174,00	-92.648,06	-	-536.174,00	-469.847,46	-

NOTAS

a) O resultado primário, nominal, dívida consolidada e líquida de 2012, 2013 e 2014 foram projetados com base nos Demonstrativos IV, V e VI;

b) A receita e a despesa foram projetadas conforme metodologia de cálculo constantes nos Demonstrativos I, II e III;

c) Os valores constantes equivalem aos valores correntes expurgando a variação do poder aquisitivo da moeda e foram obtidos mediante a utilização da metodologia estabelecida pelo Governo Federal, por meio das Portarias expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN – relativas às normas de Contabilidade Pública com base nos índices de inflação abaixo mencionados

CENÁRIO MACROECONÔMICO

VARIAVEIS	2012	2013	2014
PIB real (crescimento % anual)	4,50	4,50	4,50
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	11,75	12,00	12,00
Câmbio (RS/USS – Final do Ano)	1,75	1,80	1,80
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,50	4,50	4,50
Projeção do PIB do Estado – RS milhares	241.798	252.679	264.049

FONTE: BANCO CENTRAL//PARDES/BGE

ANEXO II - DAS METAS FISCAIS

Adendo "2"

Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Exercício Anterior
 (Artigo 4º, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000)

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2010 (a)	%	Metas Realizadas em 2010 (b)	%	Variação		R\$
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100	
Receita Total	14.321.000,00	-	14.618.415,86	-	297.415,86	2,08	
Receitas Primárias (I)	13.404.000,00	-	13.706.925,75	-	302.925,75	2,26	
Despesa Total	14.260.600,00	-	14.630.847,00	-	370.247,00	2,60	
Despesas Primárias (II)	13.758.500,00	-	13.991.526,43	-	233.026,43	1,69	
Resultado Primário (III) = (I - II)	-354.500,00	-	-284.600,68	-	69.899,32	-19,72	
Resultado Nominal	-100.000,00	-	508.549,97	-	608.549,97	-608,55	
Dívida Pública Consolidada	835.000,00	-	1.258.691,99	-	423.691,99	50,74	
Dívida Consolidada Líquida	-995.000,00	-	34.323,42	-	1.029.323,42	-103,45	

ESPECIFICAÇÃO	VALOR - R\$ milhares
Previsão do PIB Estadual para 2010	220.368
Valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2010	-----

FONTE: IPARDES

ANEXO II - DAS METAS FISCAIS

Adendo "3"

Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores
(Artigo 4º, § 2º, inciso II da Lei Complementar nº 101/2000)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES CORRENTES									
	2009	2010	%	2011	2012	%	2013	2014	%	
Receita Total	12.696.253,37	14.618.415,86	15,14%	15.655.000,00	15.600.000,00	-0,35%	16.590.000,00	16.880.000,00	1,75%	
Receitas Primárias (I)	12.569.759,51	13.706.925,75	9,05%	15.054.000,00	15.427.000,00	2,48%	16.139.100,00	16.700.000,00	3,48%	
Despesa Total	13.187.139,63	14.630.847,00	10,95%	15.591.000,00	15.535.800,00	-0,35%	16.519.000,00	16.811.000,00	1,77%	
Despesas Primárias (II)	12.663.764,60	13.991.526,43	10,48%	15.143.000,00	15.002.100,30	-0,93%	16.360.000,00	16.240.000,00	-0,73%	
Resultado Primário (III) = (I - II)	-94.005,09	-284.600,68	202,75%	-89.000,00	424.899,70	-577,42%	-220.900,00	460.000,00	-308,24%	
Resultado Nominal	-445.678,61	508.549,97	-214,11%	-575.323,42	259.826,00	-145,16%	180.000,00	-435.000,00	-341,67%	
Dívida Pública Consolidada	775.422,11	1.258.691,99	62,32%	1.354.000,00	1.633.826,00	20,67%	1.883.826,00	1.503.826,00	-20,17%	
Dívida Consolidada Líquida	-474.226,55	34.323,42	-107,24%	-541.000,00	-281.174,00	-48,03%	-101.174,00	-536.174,00	429,95%	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES CONSTANTES									
	2009	2010	%	2011	2012	%	2013	2014	%	
Receita Total	12.696.253,37	14.618.415,86	15,14%	15.655.000,00	15.599.995,50	-0,35%	16.589.995,50	16.879.995,50	1,75%	
Receitas Primárias (I)	12.569.759,51	13.706.925,75	9,05%	15.054.000,00	15.426.995,50	2,48%	16.139.095,50	16.699.995,50	3,48%	
Despesa Total	13.187.139,63	14.630.847,00	10,95%	15.591.000,00	15.535.795,50	-0,35%	16.518.995,50	16.810.995,50	1,77%	
Despesas Primárias (II)	12.663.764,60	13.991.526,43	10,48%	15.143.000,00	15.002.095,80	-0,93%	16.359.995,50	16.239.995,50	-0,73%	
Resultado Primário (III) = (I - II)	-94.005,09	-284.600,68	202,75%	-89.000,00	424.899,70	-577,42%	-220.900,00	460.000,00	-308,24%	
Resultado Nominal	-445.678,61	508.549,97	-214,11%	-575.323,42	259.821,50	-145,16%	179.995,50	-435.004,50	-341,68%	
Dívida Pública Consolidada	775.422,11	1.258.691,99	62,32%	1.354.000,00	1.633.821,50	20,67%	1.883.821,50	1.503.821,50	-20,17%	
Dívida Consolidada Líquida	-474.226,55	34.323,42	-107,24%	-541.000,00	-281.178,50	-48,03%	-101.178,50	-536.178,50	429,93%	

ANEXO II - DAS METAS FISCAIS

Adendo "4"

Evolução do Patrimônio Líquido

(Artigo 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000)

Patrimônio Líquido					
DESCRÍÇÃO	2008	%	2009	2010	%
Patrimônio/Capital	12.649.155,61	16,63%	14.752.867,21	17.924.831,77	21,50%
Reservas	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
Resultado Acumulado	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
TOTAL	12.649.155,61	16,63%	14.752.867,21	17.924.831,77	21,50%

NOTA: O aumento do patrimônio líquido deve-se basicamente à incorporação de bens móveis e imóveis, e eventual superávit financeiro do exercício anterior.

Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com Alienação de Ativos

(Artigo 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000)

Origem					
DESCRÍÇÃO	2008		2009	2010	
a) Saldo do exercício anterior	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
b) Alienação de Ativos	0,00	100,00%	19.322,74	0,00	0,00%
TOTAL (I)	0,00	100,00%	19.322,74	0,00	0,00%

Aplicação

DESCRÍÇÃO	2008		2009	2010	
a) Investimentos	0,00	100,00%	19.322,74	0,00	0,00%
b) Inversões Financeiras	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
c) Amortização de dívidas	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
TOTAL (II)	0,00	100,00%	19.322,74	0,00	0,00%
TOTAL (III) (II-I)	0,00	100,00%	0,00	0,00	0,00%

FONTE: PM/Contabilidade

ANEXO II - DAS METAS FISCAIS

Adendo "5"

Avaliação da Situação Financeira e Atuarial
(Artigo 4º, § 2º, inciso IV, item a, da Lei Complementar nº 101/2000)

O Município de Mercedes deixa de apresentar as Demonstrações da Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS – Regime Próprio de Previdência Social, por estar legalmente vinculado ao RGPS - Regime Geral de Previdência Social, por força da Lei Municipal nº 192, de 20 de junho de 1997 e alterada pela Lei Municipal nº 329, de 23 de maio de 2002.

ANEXO II - DAS METAS FISCAIS

Adendo "6"

Demonstrativo da Estimativa da Renúncia de Receita
(Artigo 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000)

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/ PROGRAMA/ BENEFICIARIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO	R\$ milhares
			2012	2013	2014		
IPTU	desconto	Contribuintes em Geral (Desconto para Pagamento a vista)	14	16	17	Será considerada na previsão da receita	
IPTU	isenção	Contribuintes Idosos, Aposentados e Deficientes	2	3	4	Será considerada na previsão da receita	
IPTU	isenção	Imóveis de até 70m ² (alvenaria) e 80 m ² (mista)	3	4	4	Será considerada na previsão da receita	
Contribuição de Melhoria	desconto	Baixa renda, aposentados e viúvos	7	9	10	Será considerada na previsão da receita	
TOTAL			26	32	35		-

FONTE: PM Mercedes/Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças

ANEXO II - DAS METAS FISCAIS

Adendo "7"

Margem de Expansão de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado
(Artigo 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000)

A expansão das despesas de caráter continuado será nula, tendo em vista a inexisteência de previsão de despesas a serem executadas em período superior a dois exercícios, por ocasião da elaboração da Previsão Orçamentária para 2012, bem como a necessidade de estabelecer rígido controle das despesas e a previsão de se atingir superávit primário, que possibilitem a estabilização da Dívida Pública.

Em caso de ocorrência de despesas de caráter continuado durante a execução orçamentária de 2012, será demonstrada conforme exigências dos Artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, devendo:

- 1 – Estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário do exercícios corrente e dos dois seguintes e das premissas e metodologia de cálculo utilizado;
- 2 – Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual, tenha compatibilidade com o PPA - Plano Plurianual e com a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias do Exercício.

ANEXO II - DAS METAS FISCAIS
Demonstrativo I - Receita

Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Anuais
 (Artigo 4º, § 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000)

10.00 RECEITAS CORRENTES

11.00 RECEITAS TRIBUTÁRIAS

11.10 IMPOSTOS

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado	R\$	
2008	R\$ 34.564,61	
2009	R\$ 40.437,82	16,99%
2010	R\$ 40.965,53	1,30%
Previsão		
2011	R\$ 65.000,00	58,67%
Estimativa		
2012	R\$ 69.000,00	6,15%
2013	R\$ 83.000,00	20,29%
2014	R\$ 89.500,00	7,83%

Diagnóstico: A arrecadação do IPTU apresentou pequeno aumento em 2010 em relação aos anos anteriores, em razão do recuo do índice que corrige esta receita. Para estimar a receita, consideramos a correção do valor venal dos imóveis com base em índices do ano anterior e o aumento do número de contribuintes ante a abertura de novos lotamentos. Consideramos ainda, os descontos e isenções previstas no Código Tributário Municipal, resultando numa recolha

liquida de R\$ 50.000,00

IMPOSTO DE RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA - IR

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado	R\$	
2008	R\$ 52.384,70	
2009	R\$ 49.875,53	-4,79%
2010	R\$ 54.257,39	8,79%
Previsão		
2011	R\$ 57.000,00	5,05%
Estimativa		
2012	R\$ 62.000,00	8,77%
2013	R\$ 72.000,00	16,13%
2014	R\$ 77.000,00	6,94%

Diagnóstico: Esta receita está vinculada à retenção do imposto sobre valores pagos pelo Município aos servidores e fornecedores. Assim, para efeito de estimativa da arrecadação, temos que considerar os valores previstos com despesas de pessoal e aquisição de bens e serviços. Deve ser considerado ainda a correção da tabela do imposto de renda pela União.

IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS A ELES RELATIVOS - ITBI

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado	R\$	
2008	R\$ 74.993,44	
2009	R\$ 60.831,42	-18,88%
2010	R\$ 145.808,14	139,69%
Previsão		
2011	R\$ 93.000,00	-36,22%
Estimativa		
2012	R\$ 100.000,00	7,53%
2013	R\$ 102.000,00	2,00%
2014	R\$ 109.000,00	6,86%

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALIDADE NATURÉZA - ISS					
Para estimar esta receita apresentou quele significativa em 2010. Assim, desconsiderando a previsão para 2011, e base no princípio da prudência, prevêmos a receita com crescimento baseado nos índices de inflação e crescimento da economia, em comparação a 2010.					
Diagnóstico: A arrecadação desse tributo é basilarmente irregular, haja vista que depende exclusivamente da realização de negócios que gerem lucro para os contribuintes. Assim, para efeito de estimativa, deve-se considerar um aumento da procura de compra e venda de móveis e mercadorias em exercícios anteriores, as projeções de crescimento da economia, valorização da produção agrícola, bem como o crescimento da renda dos trabalhadores, que certamente ocorrerá num aumento da procura de compra e venda de móveis e consequentemente no aumento da arrecadação.					
Metodologia de Cálculo:					
11.20 TAXAS					
TAXA PELA EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA					
Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:					
Diagnóstico: Esta fonte de receita apresentou quele significativa em 2010. Assim, desconsiderando a previsão para 2011, e base no princípio da prudência, prevêmos a receita com crescimento baseado nos índices de inflação e crescimento da economia, em comparação a 2010.					
Metodologia de Cálculo:					
2008 99.258,54 R\$ 150.164,13 51,29% 2009 150.164,13 R\$ 120.303,53 119,69% 2010 150.000,00 R\$ 150.000,00 24,68% 2011 135.000,00 R\$ 140.000,00 3,70% 2012 135.000,00 R\$ 150.000,00 10,00% 2013 140.000,00 R\$ 140.000,00 3,70% 2014 150.000,00 R\$ 150.000,00 7,14%					
TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS					
Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:					
Diagnóstico: O montante da arrecadação desse receta, haja vista que depende exclusivamente da realização da economia, em comparação a 2010.					
Metodologia de Cálculo:					
2008 40.508,34 R\$ 44.249,27 9,23% 2009 44.249,27 R\$ 49.295,83 11,40% 2010 49.295,83 R\$ 53.000,00 7,51% 2011 53.000,00 R\$ 56.000,00 5,66% 2012 56.000,00 R\$ 59.000,00 5,36% 2013 59.000,00 R\$ 64.200,00 8,81% 2014 64.200,00 R\$ 69.000,00 8,81%					
TAXA PELA ARRECADAÇÃO DE CAPITAL					
Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:					
Diagnóstico: O montante da arrecadação desse receta, haja vista que depende exclusivamente da realização da economia, em comparação a 2010.					
Metodologia de Cálculo:					
2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 Arrecadação					

11.30 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado	R\$	
2008	R\$ 42.272,56	
2009	R\$ 64.185,17	51,84%
2010	R\$ 93.402,91	45,52%
Previsão		
2011	R\$ 119.000,00	27,41%
Estimativa		
2012	R\$ 75.000,00	36,97%
2013	R\$ 79.000,00	5,33%
2014	R\$ 84.000,00	6,33%

Diagnóstico: Considerando os investimentos, os quais revertem em Contribuição de Melhoria, que serão realizados em 2011 e os previstos para 2012 é que projetamos esta receita no valor atual. Consideramos ainda, os descontos e isenções previstas no Código Tributário Municipal.

Assim, a arrecadação efetiva projetada é fixada em R\$ 66.000,00

12.00 RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES**CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP**

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado	R\$	
2008	R\$ 171.182,55	
2009	R\$ 191.756,07	12,02%
2010	R\$ 194.255,50	1,30%
Previsão		
2011	R\$ 210.000,00	8,11%
Estimativa		
2012	R\$ 218.000,00	3,81%
2013	R\$ 219.000,00	0,46%
2014	R\$ 234.000,00	6,85%

Diagnóstico: Em 2010 esta receita apresentou crescimento abaixo do esperado, de modo, que a receita para 2012, com base no princípio da prudência foi estimada considerando um crescimento positivo, em cerca de 6% a.a. com base no arrecadado em 2010.

13.00 RECEITA PATRIMONIAL**RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS**

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado	R\$	
2008	R\$ 100.669,15	
2009	R\$ 107.293,86	6,58%
2010	R\$ 74.990,11	-30,11%
Previsão		
2011	R\$ 131.000,00	74,69%
Estimativa		
2012	R\$ 143.000,00	9,16%
2013	R\$ 140.900,00	-1,47%
2014	R\$ 150.000,00	6,46%

Diagnóstico: Como se vê essa fonte de receita é bastante irregular, não oferecendo segurança para projetar uma arrecadação baseada no seu comportamento, e ainda podendo sofrer alterações no Mercado dos Títulos Públicos Federais. Com base no princípio da prudência estamos estimando a receita acreditando num maior investimento dos recursos administrados pelo Município.

COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS - UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HIDRÍCOS ITAIPU

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado	R\$	
2008	R\$ 2.777.239,64	
2009	R\$ 3.242.656,58	16,76%
2010	R\$ 2.640.124,64	-18,58%
Previsão	R\$	
2011	R\$ 3.250.000,00	23,10%
Estimativa	R\$	
2012	R\$ 2.900.000,00	-8,00%
2013	R\$ 3.850.000,00	28,76%
2014	R\$ 3.350.000,00	-12,99%

Diagnóstico: A arrecadação dessa fonte de receita depende diretamente de dois fatores: da cotação da moeda americana, e do aumento do consumo (venda) de energia elétrica. Assim, com base no princípio da prudência, projetamos esta receita provendo a manutenção do valor da moeda americana exposta no cenário macroeconômico, com um pequeno aumento sobre a recifla efetivamente arrecadada em 2010.

16.00 RECEITA DE SERVIÇOS**RECEITAS DE SERVIÇOS**

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado	R\$	
2008	R\$ 305.861,75	
2009	R\$ 455.951,47	18,16%
2010	R\$ 464.257,70	1,82%
Previsão	R\$	
2011	R\$ 505.000,00	8,78%
Estimativa	R\$	
2012	R\$ 547.000,00	8,32%
2013	R\$ 563.000,00	2,93%
2014	R\$ 600.800,00	6,71%

Diagnóstico: Para o exercício de 2012 projetamos esta receita considerando apenas a inflação e a perspectiva de crescimento econômico.

17.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**17.20 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS****17.21 TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO****COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM**

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado	R\$	
2008	R\$ 4.870.922,53	
2009	R\$ 4.261.277,03	-12,52%
2010	R\$ 4.794.495,14	12,51%
Previsão	R\$	
2011	R\$ 5.250.000,00	9,50%
Estimativa	R\$	
2012	R\$ 5.762.000,00	9,75%
2013	R\$ 6.215.000,00	7,86%
2014	R\$ 6.650.000,00	7,00%

Diagnóstico: A evolução desta receita apresentou queda significativa em 2009, em virtude da crise e a redução de tributos como forma de incentivar o consumo. No entanto, em 2010 houve um significativo crescimento. Para 2012, estimamos a receita considerando os índices de inflação e o crescimento da economia, bem como, o restabelecimento das alíquotas de tributos que compõe o FPM.

COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado	R\$		
2008	R\$ 14.693,34		
2009	R\$ 10.630,90	-27,65%	
2010	R\$ 11.648,18	9,57%	
Previsão			
2011	R\$ 16.000,00	37,36%	
Estimativa			
2012	R\$ 14.000,00	-12,50%	
2013	R\$ 18.000,00	28,57%	
2014	R\$ 19.000,00	5,56%	

Diagnóstico: Estimamos esta fonte de receita para 2012, considerando um aumento nas declarações deste tributo e o consequente recolhimento.

COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - 1% [EC 55]

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado	R\$		
2008	R\$ 206.093,38		
2009	R\$ 198.631,04	-3,62%	
2010	R\$ 209.492,85	5,47%	
Previsão			
2011	R\$ 200.000,00	-4,53%	
Estimativa			
2012	R\$ 237.000,00	18,50%	
2013	R\$ 280.000,00	18,14%	
2014	R\$ 300.000,00	7,14%	

Diagnóstico: Esta fonte de receita é resultado da Emenda Constitucional nº 55, de 20 de setembro de 2007, que alterou o artigo 159 da Constituição Federal, aumentando a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios, elevando de vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento para vinte e três inteiros e cinco décimos por cento o Fundo de Participação dos municípios. Assim, a previsão de crescimento/descrescimo é igual ao do FPM.

TRANSFERÊNCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado	R\$		
2008	R\$ 65.061,50		
2009	R\$ 47.365,35	-27,20%	
2010	R\$ 59.365,44	25,34%	
Previsão			
2011	R\$ 68.000,00	14,54%	
Estimativa			
2012	R\$ 68.000,00	0,00%	
2013	R\$ 83.000,00	22,06%	
2014	R\$ 88.000,00	6,02%	

Diagnóstico: Esta receita apresentou queda significativa em 2009, mas teve uma recuperação quase no mesmo patamar em 2010. No entanto, como a recuperação não foi a esperada, mantemos para 2012 o valor estimado para 2011.

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - REPASSE FUNDO A FUNDO

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado	R\$	
2008	R\$ 364.762,12	
2009	R\$ 422.414,49	15,81%
2010	R\$ 485.127,28	14,85%
Previsão		
2011	R\$ 481.000,00	-0,85%
Estimativa		
2012	R\$ 521.000,00	8,32%
2013	R\$ 468.000,00	-10,17%
2014	R\$ 498.500,00	6,52%

Diagnóstico: Considerando os programas e projetos em andamento, fixamos a receita para o exercício de 2012 com um incremento próximo a inflação e crescimento econômico previstos no período.

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado	R\$	
2008	R\$ 59.773,70	
2009	R\$ 73.073,90	22,25%
2010	R\$ 116.021,45	58,77%
Previsão		
2011	R\$ 195.000,00	68,07%
Estimativa		
2012	R\$ 185.000,00	-5,13%
2013	R\$ 104.000,00	-43,78%
2014	R\$ 154.000,00	48,08%

Diagnóstico: A previsão dessa receita é pautada nos atuais repasses efetuados pela União para a Assistência Social.

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado	R\$	
2008	R\$ 130.345,59	
2009	R\$ 161.775,13	24,11%
2010	R\$ 213.036,87	31,69%
Previsão		
2011	R\$ 180.000,00	-15,51%
Estimativa		
2012	R\$ 236.000,00	31,11%
2013	R\$ 169.000,00	-28,39%
2014	R\$ 110.000,00	-34,91%

Diagnóstico: O crescimento da Transferência de recursos do FNDE apresenta uma performancebastante positiva, se situando sempre acima dos índices de inflação e crescimento da economia. Desconsiderando a provável arrecadação prevista para 2011, a estimativa para 2012 será projetada considerando o aumento no número de alunos e dos repasses da União.

TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. N° 87/96

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado	R\$	
2008	R\$ 33.689,03	
2009	R\$ 35.876,40	6,49%
2010	R\$ 38.805,84	8,17%
Previsão		
2011	R\$ 43.000,00	10,81%
Estimativa		
2012	R\$ 46.000,00	6,98%
2013	R\$ 50.000,00	8,70%
2014	R\$ 54.000,00	8,00%

Diagnóstico: Esta fonte de receita está apresentando um crescimento regular. Assim, estimamos para 2012 esta receita utilizando os mesmos índices, quais sejam, inflação e crescimento econômico.

AUXILIO FINANCEIRO DE FOMENTO A EXPORTAÇÃO - FEX

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado	R\$	
2008	R\$ 37.636,29	
2009	R\$ 24.978,29	-33,63%
2010	R\$ 22.418,40	-10,25%
Previsão		
2011	R\$ 35.000,00	50,12%
Estimativa		
2012	R\$ 26.000,00	-25,71%
2013	R\$ 51.000,00	96,15%
2014	R\$ 54.500,00	6,86%

Diagnóstico: Podemos afirmar que a evolução desta receita tem apresentado um comportamento bastante irregular. Desta forma a mesma será projetada considerando o arrecadado em 2010, inflação e crescimento econômico do período.

OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DESTINADAS Á PROGRAMAS DE OUTRAS ÁREAS DE ATUAÇÃO

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado	R\$	
2008	R\$ 0,00	
2009	R\$ 183.698,25	100,00%
2010	R\$ 43.540,03	-76,30%
Previsão		
2011	R\$ 200.000,00	359,35%
Estimativa		
2012	R\$ 50.000,00	-75,00%
2013	R\$ 0,00	-100,00%
2014	R\$ 55.000,00	100,00%

Diagnóstico: Esta receita provém do auxílio da União para com os Municípios em razão da crise em 2009. Seu repasse é irregular de sorte que, com base no princípio da prudência previmos a receita apenas com base na inflação e crescimento econômico.

COTA-PARTE DO ICMS					
exercício corrente, da seguinte forma					
Arrecadado	R\$ 2.028.723,40	2.258.793,06	11,34%	2.752.220,29	21,85%
Prevista	R\$ 2.605.000,00	-5,35%	20,92%	R\$ 3.150.000,00	7,14%
Estimativa	R\$ 2.940.000,00	-6,67%	20,92%	R\$ 3.150.000,00	7,14%
COTA-PARTE DO IPVA					
exercício corrente, da seguinte forma					
Arrecadado	R\$ 208.471,49	263.769,05	26,53%	R\$ 275.290,33	4,37%
Prevista	R\$ 296.000,00	7,52%	20,12	R\$ 315.000,00	6,42%
Estimativa	R\$ 284.000,00	-9,84%	20,13	R\$ 330.000,00	16,20%
COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTAÇÃO					
exercício corrente, da seguinte forma					
Arrecadado	R\$ 2008.798,22	49.746,05	-15,40%	R\$ 63.452,18	27,55%
Prevista	R\$ 55.000,00	-13,32%	20,11	R\$ 73.000,00	32,73%
Estimativa	R\$ 80.000,00	9,59%	20,12	R\$ 85.000,00	6,25%
Diagnóstico: Acredita-se que o resultado do ICMS nos próximos anos, é que serve de base para um aumento crescente da economia, desconsiderando qualquer projeto para 2011.					
Methodologia de Cálculo:					
Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o próximo exercício corrente, da seguinte forma					
Arrecadado	R\$ 2008.798,22	49.746,05	-15,40%	R\$ 63.452,18	27,55%
Prevista	R\$ 55.000,00	-13,32%	20,11	R\$ 73.000,00	32,73%
Estimativa	R\$ 80.000,00	9,59%	20,12	R\$ 85.000,00	6,25%
Methodologia de Cálculo:					
Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o próximo exercício corrente, da seguinte forma					
Arrecadado	R\$ 2008.798,22	49.746,05	-15,40%	R\$ 63.452,18	27,55%
Prevista	R\$ 55.000,00	-13,32%	20,11	R\$ 73.000,00	32,73%
Estimativa	R\$ 80.000,00	9,59%	20,12	R\$ 85.000,00	6,25%
Diagnóstico: A evolução desse total da receita aparentou crescimento constante entre 2010, talvez em razão dos problemas ocorridos nos meses do PVA que não foram evitados pelo Governo Estadual. No entanto, considerando o aumento da frota de veículos e o retorno da metodologia anterior de arrecadação, projetamos esta receita com base na inflação e crescimento econômico.					
COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTAÇÃO					
exercício corrente, da seguinte forma					
Arrecadado	R\$ 2008.798,22	49.746,05	-15,40%	R\$ 63.452,18	27,55%
Prevista	R\$ 55.000,00	-13,32%	20,11	R\$ 73.000,00	32,73%
Estimativa	R\$ 80.000,00	9,59%	20,12	R\$ 85.000,00	6,25%
Methodologia de Cálculo:					
Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o próximo exercício corrente, da seguinte forma					
Arrecadado	R\$ 2008.798,22	49.746,05	-15,40%	R\$ 63.452,18	27,55%
Prevista	R\$ 55.000,00	-13,32%	20,11	R\$ 73.000,00	32,73%
Estimativa	R\$ 80.000,00	9,59%	20,12	R\$ 85.000,00	6,25%
Diagnóstico: A evolução desse total da receita aparentou crescimento constante entre 2010, talvez em razão dos					
problemas ocorridos nos meses do PVA que não foram evitados pelo Governo Estadual. No entanto, considerando o aumento da frota de veículos e o retorno da metodologia anterior de arrecadação, projetamos esta receita com base na inflação e crescimento econômico.					
COTA-PARTE DO IPVA					
exercício corrente, da seguinte forma					
Arrecadado	R\$ 2008.798,22	49.746,05	-15,40%	R\$ 63.452,18	27,55%
Prevista	R\$ 55.000,00	-13,32%	20,11	R\$ 73.000,00	32,73%
Estimativa	R\$ 80.000,00	9,59%	20,12	R\$ 85.000,00	6,25%
Methodologia de Cálculo:					
Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o próximo exercício corrente, da seguinte forma					
Arrecadado	R\$ 2008.798,22	49.746,05	-15,40%	R\$ 63.452,18	27,55%
Prevista	R\$ 55.000,00	-13,32%	20,11	R\$ 73.000,00	32,73%
Estimativa	R\$ 80.000,00	9,59%	20,12	R\$ 85.000,00	6,25%
Diagnóstico: A evolução desse total da receita aparentou crescimento constante entre 2010, talvez em razão dos					
problemas ocorridos nos meses do PVA que não foram evitados pelo Governo Estadual. No entanto, considerando o aumento da frota de veículos e o retorno da metodologia anterior de arrecadação, projetamos esta receita com base na inflação e crescimento econômico.					
COTA-PARTE DO ICMS					
exercício corrente, da seguinte forma					
Arrecadado	R\$ 2.028.723,40	2.258.793,06	11,34%	R\$ 2.752.220,29	21,85%
Prevista	R\$ 2.605.000,00	-5,35%	20,11	R\$ 3.150.000,00	7,14%
Estimativa	R\$ 2.940.000,00	-6,67%	20,12	R\$ 3.150.000,00	7,14%
Methodologia de Cálculo:					
Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o próximo exercício corrente, da seguinte forma					
Arrecadado	R\$ 2.028.723,40	2.258.793,06	11,34%	R\$ 2.752.220,29	21,85%
Prevista	R\$ 2.605.000,00	-5,35%	20,11	R\$ 3.150.000,00	7,14%
Estimativa	R\$ 2.940.000,00	-6,67%	20,12	R\$ 3.150.000,00	7,14%
Diagnóstico: Acredita-se que o resultado do ICMS nos próximos anos, é que serve de base para um aumento crescente da economia, desconsiderando qualquer projeto para 2011.					

COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado	R\$		
2008	R\$	23.912,50	
2009	R\$	14.171,78	-40,73%
2010	R\$	25.631,69	80,86%
Previsão			
2011	R\$	23.500,00	-8,32%
Estimativa			
2012	R\$	29.000,00	23,40%
2013	R\$	32.000,00	10,34%
2014	R\$	30.000,00	-6,25%

Diagnóstico: A arrecadação desta receita é bastante irregular, assim desconsideramos a previsão de 2011, pautando a estimativa de 2012 nos índices de inflação e crescimento econômico.

COTA-PARTE ROYALTIES - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DO PETRÓLEO - LEI 7.990/89

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado	R\$		
2008	R\$	901,57	
2009	R\$	30,52	-96,61%
2010	R\$	0,00	-100,00%
Previsão			
2011	R\$	1.500,00	100,00%
Estimativa			
2012	R\$	500,00	-86,67%
2013	R\$	2.000,00	300,00%
2014	R\$	2.000,00	0,00%

Diagnóstico: Esta receita não apresenta qualquer regularidade para efeito de estimativa. Assim, estimamos a receita de 2012 com base apenas na média de repasse dos anos anteriores.

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA PROGRAMAS DE SAÚDE - REPASSE FUNDO A FUNDO

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado	R\$		
2008	R\$	121.664,97	
2009	R\$	105.335,56	-13,42%
2010	R\$	144.396,39	37,08%
Previsão			
2011	R\$	158.000,00	9,42%
Estimativa			
2012	R\$	149.000,00	-5,70%
2013	R\$	170.000,00	14,09%
2014	R\$	181.000,00	6,47%

Diagnóstico: O crescimento das Transferências de recursos do SUS/PR foi muito positivo, no exercício de 2010. Para 2012 estimamos esta receita com base nos repasses efetuados, o que ocasionou pequena queda com relação a previsão de 2011.

17.24 TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado	R\$		
2008	R\$ 819.049,89		
2009	R\$ 914.315,30	11,63%	
2010	R\$ 1.081.374,57	18,27%	
Previsão	R\$		
2011	R\$ 1.050.000,00	-2,90%	
Estimativa	R\$		
2012	R\$ 1.240.000,00	18,10%	
2013	R\$ 1.200.000,00	-3,23%	
2014	R\$ 1.280.000,00	6,67%	

Diagnóstico: Após grande aumento de arrecadação em 2008 e 2009, devido a modificação dos índices do FUNDEB, prevemos um crescimento menor da arrecadação nos anos subsequentes, acompanhando o crescimento econômico e os índices da inflação.

17.60 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÉNIOS

TRANSFERÊNCIAS DE CONVÉNIOS

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado	R\$		
2008	R\$ 162.408,30		
2009	R\$ 27.905,05	-82,82%	
2010	R\$ 308.201,68	1004,47%	
Previsão	R\$		
2011	R\$ 60.000,00	-80,53%	
Estimativa	R\$		
2012	R\$ 43.000,00	-28,33%	
2013	R\$ 175.000,00	306,98%	
2014	R\$ 146.000,00	-16,57%	

Diagnóstico: Esta fonte de receita é bastante irregular, não oferecendo segurança para projetar uma arrecadação baseada no seu comportamento. Assim, levamos em conta apenas as receitas com maior possibilidade de arrecadação.

* E ainda dependendo de assinaturas de Convênios.

19.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES

MULTAS E JUROS DE MORA

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado	R\$		
2008	R\$ 17.129,84		
2009	R\$ 30.408,89	77,52%	
2010	R\$ 34.655,82	13,97%	
Previsão	R\$		
2011	R\$ 32.200,00	-7,09%	
Estimativa	R\$		
2012	R\$ 43.500,00	35,09%	
2013	R\$ 30.000,00	-31,03%	
2014	R\$ 32.200,00	7,33%	

Diagnóstico: Esta fonte de receita é bastante irregular, não oferecendo segurança para projetar uma arrecadação baseada no seu comportamento. Com base no princípio da prudência, projetamos uma arrecadação levando em consideração apenas a inflação e o crescimento econômico, em relação ao arrecadado em 2010, bem como, no estoque da dívida.

INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado			
2008	R\$ 118.513,78		
2009	R\$ 134.137,59	13,18%	
2010	R\$ 218.031,99	62,54%	
Previsão			
2011	R\$ 211.600,00	-2,95%	
Estimativa			
2012	R\$ 201.500,00	-4,77%	
2013	R\$ 140.000,00	-30,52%	
2014	R\$ 168.300,00	20,21%	

Diagnóstico: Esta fonte de receita é bastante irregular, não oferecendo segurança para projetar uma arrecadação baseada no seu comportamento, pautando-se apenas nas estimativas de ingressos das receitas classificadas nestes elementos.

RECEITA DA DÍVIDA ATIVA

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado			
2008	R\$ 17.384,01		
2009	R\$ 25.073,89	44,24%	
2010	R\$ 65.475,93	161,13%	
Previsão			
2011	R\$ 54.200,00	-17,22%	
Estimativa			
2012	R\$ 62.500,00	15,31%	
2013	R\$ 40.500,00	-35,20%	
2014	R\$ 59.600,00	47,16%	

Diagnóstico: Esta fonte de receita é bastante irregular, não oferecendo segurança para projetar uma arrecadação baseada no seu comportamento. Com base no princípio da prudência, consideramos a arrecadação de 2010, projetando uma arrecadação pouco abaixo, haja vista a média dos anos anteriores.

RECEITAS DIVERSAS

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado			
2008	R\$ 3.000,00		
2009	R\$ 10.500,00	250,00%	
2010	R\$ 71.214,08	578,23%	
Previsão			
2011	R\$ 0,00	-100,00%	
Estimativa			
2012	R\$ 31.000,00	100,00%	
2013	R\$ 0,00	-100,00%	
2014	R\$ 21.000,00	100,00%	

Diagnóstico: Esta fonte de receita também é bastante irregular, acima a estimativa de arrecadação é pautada apenas nos possíveis ingressos nessa categoria.

20.00 RECEITAS DE CAPITAL						
Alíavés de financeamentos obtidos junto ao Governo Federal e Estadual, bem como, instituições financeiras, nos termos da Lei que autoriza o Município a realizar Operações de Créditos (lembre), e ainda projeto da capacidade de endividamento						
OPERADORES DE CRÉDITO	Estimativa	2012	RS 0,00	RS 300.000,00	100,00%	0,00 - 100,00%
Alíavés de financeamentos obtidos junto ao Governo Federal e Estadual, bem como, instituições financeiras, nos termos da Lei que autoriza o Município a realizar Operações de Créditos (lembre), e ainda projeto da capacidade de endividamento	Metodologia de Cálculo:	2013	RS 0,00	RS 300.000,00	100,00%	0,00 - 100,00%
Alíavés de financeamentos obtidos junto ao Governo Federal e Estadual, bem como, instituições financeiras, nos termos da Lei que autoriza o Município a realizar Operações de Créditos (lembre), e ainda projeto da capacidade de endividamento	Metodologia de Cálculo:	2014	RS 0,00	RS 300.000,00	100,00%	0,00 - 100,00%
ALIENAÇÃO DE BENS						
Diagnóstico: Como os recursos ordinários do Município são insuficientes para atender as demandas e metas apontadas, a alienação é encarada por um dos instrumentos de política pública que não comprometem os limites de endividamento e contratação de operações de crédito.						
Metodologia de Cálculo:	Estimativa	2012	RS 0,00	RS 30 000,00	-66,67%	30 000,00 - 200,00%
Metodologia de Cálculo:	Estimativa	2013	RS 490 000,00	RS 300 000,00	-38,78%	490 000,00 - 33,33%
Metodologia de Cálculo:	Estimativa	2014	RS 400 000,00	RS 300 000,00	-33,33%	400 000,00 - 33,33%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL - UNIAO						
Diagnóstico: A receita nessa categoria depende dos convênios firmados com a União para despesas de capital. Desta feita, a estimativa dessa fonte de receita em virtude da expectativa de aprovação de projetos junto à União						
Metodologia de Cálculo:	Estimativa	2012	RS 490 000,00	RS 300 000,00	-38,78%	490 000,00 - 33,33%
Metodologia de Cálculo:	Estimativa	2013	RS 300 000,00	RS 300 000,00	-33,33%	300 000,00 - 33,33%
Metodologia de Cálculo:	Estimativa	2014	RS 300 000,00	RS 300 000,00	-33,33%	300 000,00 - 33,33%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL - ESTADO						
Diagnóstico: A receita nessa categoria depende dos convênios firmados com a União para despesas de capital. Desta feita, a estimativa dessa fonte de receita em virtude da expectativa de aprovação de projetos junto ao Estado						
Metodologia de Cálculo:	Estimativa	2012	RS 490 000,00	RS 300 000,00	-38,78%	490 000,00 - 33,33%
Metodologia de Cálculo:	Estimativa	2013	RS 300 000,00	RS 300 000,00	-33,33%	300 000,00 - 33,33%
Metodologia de Cálculo:	Estimativa	2014	RS 300 000,00	RS 300 000,00	-33,33%	300 000,00 - 33,33%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL - MUNICÍPIO						
Diagnóstico: Comforme o interesse do Município, alguns bens são alienados, sendo que o produto da venda é utilizado para novas aquisições. Para 2012 estima-se a arrecadação supramencionada com base na possíveis alienações de bens móveis.						
Metodologia de Cálculo:	Estimativa	2012	RS 30 000,00	RS 30 000,00	-66,67%	30 000,00 - 200,00%
Metodologia de Cálculo:	Estimativa	2013	RS 40 000,00	RS 30 000,00	-66,67%	40 000,00 - 200,00%
Metodologia de Cálculo:	Estimativa	2014	RS 30 000,00	RS 30 000,00	-66,67%	30 000,00 - 200,00%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL - ESTADO						
Diagnóstico: A receita nessa categoria depende dos convênios firmados com a União para despesas de capital. Desta feita, a estimativa dessa fonte de receita em virtude da expectativa de aprovação de projetos junto ao Estado						
Metodologia de Cálculo:	Estimativa	2012	RS 490 000,00	RS 300 000,00	-38,78%	490 000,00 - 33,33%
Metodologia de Cálculo:	Estimativa	2013	RS 300 000,00	RS 300 000,00	-33,33%	300 000,00 - 33,33%
Metodologia de Cálculo:	Estimativa	2014	RS 300 000,00	RS 300 000,00	-33,33%	300 000,00 - 33,33%
TOTAL GERAL DA RECEITA ESTIMADA						
Metodologia de Cálculo:	Estimativa		RS 17.498.000,00			

DEDUÇÕES DA RECEITA	R\$
RENÚNCIA DE RECEITA	
IPTU	5.000,00
DESCONTOS CONCEDIDOS	
IPTU	14.000,00
TAXAS	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	7.000,00
COSIP	0,00
TOTAL DA RENÚNCIA E DESCONTOS DA RECEITA	26.000,00
 DEDUÇÃO DE RECEITA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB - TRANSFERÊNCIAS	
DEDUÇÃO DE RECEITA DO FPM - FUNDEB E REDUTOR FINANCEIRO	1.152.400,00
DEDUÇÃO DE RECEITA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB - ITR	2.800,00
DEDUÇÃO DE REC. FORMAÇÃO DO FUNDEB - ICMS - DESONERAÇÃO - LC N° 87/96	9.200,00
DEDUÇÃO DE RECEITA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB - ICMS	630.000,00
DEDUÇÃO DE RECEITA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB - IPVA	63.000,00
DEDUÇÃO DE RECEITA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB - IPI - EXPORTAÇÃO	14.600,00
TOTAL DA DEDUÇÃO PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	1.872.000,00
TOTAL GERAL DA RECEITA LÍQUIDA ESTIMADA	15.600.000,00

ANEXO II - DAS METAS FISCAIS
Demonstrativo II - Receita

Evolução das Receitas do Município

	ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA		PREVISTA		ESTIMADA		ESTIMADA	
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2014
1000.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	12.932.389,55	13.713.815,23	15.000.460,16	15.945.000,00	16.978.000,00	17.929.400,00	18.542.600,00	
1100.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA								
1110.00.00.00.00	IMPOSTOS	389.134,79	461.697,89	590.432,76	634.000,00	597.000,00	625.000,00	669.700,00	
1112.00.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	261.201,29	301.308,90	365.334,59	365.000,00	366.000,00	397.000,00	425.500,00	
1112.02.00.00.00	I.P.T.U	161.942,75	151.142,77	241.031,06	215.000,00	231.000,00	257.000,00	275.500,00	
1112.04.00.00.00	I.R.F	34.564,01	40.437,02	40.805,55	65.000,00	69.000,00	83.300,00	80.500,00	
1112.08.00.00.00	I.I.B.I	52.384,70	49.875,53	54.257,39	57.000,00	62.000,00	72.000,00	77.000,00	
1113.00.00.00.00	IMP.S/A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	74.993,44	60.631,42	145.808,14	93.000,00	100.000,00	102.000,00	109.000,00	
1113.05.00.00.00	IMP/S/SERV/DE QUER NATUREZA/ISSQN	99.258,54	150.164,13	120.303,53	150.000,00	135.000,00	140.000,00	150.000,00	
1120.00.00.00.00	TAXAS	85.660,94	96.203,82	135.695,26	150.000,00	156.000,00	149.000,00	160.200,00	
1121.00.00.00.00	TAXAS P/EXERCICIO PODER POLÍCIA	40.508,34	44.249,27	49.295,83	53.000,00	56.000,00	59.000,00	64.200,00	
1121.17.00.00.00	TAXA DE FISCALIZAÇÃO VIG SANITÁRIA	13.100,62	13.792,66	14.242,24	17.000,00	16.500,00	19.000,00	21.000,00	
1121.25.00.00.00	T. LIO/FUNC EST COM IN/PREST SERV	24.398,84	26.497,77	26.650,61	32.000,00	30.000,00	37.000,00	40.000,00	
1121.28.00.00.00	TAXA FUNC ESTAB HORARIO ESPECIAL	0,00	10,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1121.29.00.00.00	TAXA DE LICENÇA P/EXERC. DE OBRAS	2.570,18	2.636,08	7.890,60	3.000,00	8.000,00	3.000,00	3.200,00	
1121.32.00.00.00	TAXA APROV PROJ DE CONST. CIVIL	438,70	1.312,79	522,38	1.000,00	1.500,00	0,00	0,00	
1122.00.00.00.00	TAXA PELA PRESTACAO DE SERVICOS	45.152,60	51.956,55	86.399,43	97.000,00	100.000,00	90.000,00	96.000,00	
1122.24.00.00.00	TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1122.50.00.00.00	TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA	32.775,35	37.653,66	71.676,28	79.000,00	83.000,00	72.000,00	77.000,00	
1122.99.00.00.00	OUTRAS TAXAS PELA PREST. DE SERV	12.377,25	14.300,59	14.723,15	18.000,00	17.000,00	18.000,00	19.000,00	
1122.99.01.00.00	TAXA DE EXPEDIENTE	12.377,25	14.300,69	14.723,15	18.000,00	17.000,00	18.000,00	19.000,00	
1122.99.03.00.00	TAXA DE CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1130.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	42.272,56	64.185,17	93.402,91	119.000,00	75.000,00	79.000,00	84.000,00	
1130.04.00.00.00	C.M. PAV.E OBRAS COMPL. DO EXERCÍCIO	0,00	64.185,17	93.402,91	119.000,00	75.000,00	79.000,00	84.000,00	
1130.04.01.00.00	C.M. PAV.E OBRAS COMPL. DO EXERCÍCIO	0,00	37.859,28	93.402,91	119.000,00	75.000,00	79.000,00	84.000,00	
1130.04.02.00.00	C.M. PAV.E OBRAS COMPL. 1 EXERC ANTERIORES	31.363,32	17.733,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1130.04.03.00.00	C.M. PAV.E OBRAS COMPL. 2 EXERC ANTERIORES	10.909,24	8.572,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1130.04.04.00	C.M. ACESSO OB. COMPL. OUTROS EX ANT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1130.99.06.00.00	C.M. PRAÇA - OUTROS EXERC ANTERIORES	0,00	19,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1200.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	171.182,55	191.756,07	194.255,50	210.000,00	218.000,00	219.000,00	234.000,00	
1210.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1210.46.01.00.00	COMP.PREVIDAO TESOURO MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1230.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO CUSTEJO SERVIÇO ILUMIN. PÚBLICA	171.182,55	191.756,07	194.255,50	210.000,00	218.000,00	219.000,00	234.000,00	
1240.00.01.00.00	IL.PL. CUSTA-COB. FAZ ENERGIA ELÉTRICA	145.799,13	165.484,48	170.977,71	180.000,00	191.000,00	185.000,00	198.000,00	
1240.00.02.00.00	IL.PL. CUSTA-COB. FAZ. CARMEL. IPTU	25.383,42	25.271,59	23.217,79	30.000,00	27.000,00	34.000,00	36.000,00	

1300.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	2.819.946,49	3.349.950,44	2.715.114,75	3.381.000,00	3.133.000,00	3.990.900,00	3.500.000,00
1320.00.00.00.00	RECEITA DE VALORES MOBILIARIOS	42.706,85	107.233,86	74.990,11	131.000,00	143.000,00	140.900,00	150.000,00
1321.00.00.00.00	JUROS DE TITULOS DE RENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1321.99.05.00.00	REND. APlic. FIN. REC. OUTRAS FONTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1324.00.00.00.00	FUNDOS DE INVESTIMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.00.00.00.00	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS	42.706,85	107.233,86	74.990,11	131.000,00	143.000,00	140.900,00	150.000,00
1325.06.00.00.00	FUNDOS APlic. COTAS - RENDA VARIAVEL	42.706,85	107.233,86	74.990,11	131.000,00	143.000,00	140.900,00	150.000,00
1325.06.03.00.00	FUNDOS APlic. COTAS - RENDA VAR - SAUDE	16.874,40	10.759,93	7.154,24	10.000,00	14.200,00	9.800,00	11.000,00
1325.06.03.01.00	FUNDOS INV - REC. VINC. SUS	2.914,00	3.915,53	4.403,71	0,00	4.800,00	0,00	0,00
1325.06.03.01.01	FUND APlic. COTAS - REN VAR - AT BAS FIXA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.06.03.01.02	FUND APlic. COTAS - REN VAR - AT BAS VAR - 1495	2.709,92	3.561,81	2.261,17	0,00	2.500,00	0,00	0,00
1325.06.03.01.03	FUND APlic. COTAS - REN VAR - VIG SANITARIA - 1497	204,08	333,72	2.142,54	0,00	2.300,00	0,00	0,00
1325.06.03.02.00	FUND APlic. COTAS - VINC CONVENCIOS	10.718,82	4.193,35	428,78	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.06.03.02.01	FUNDOS INV - AGENTES COMUNITARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.06.03.02.02	FUNDOS INV - SAUDE BUCAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.06.03.02.03	FUNDOS INV - ECD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.06.03.02.04	FUNDOS INV - VIG SANITARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.06.03.02.05	FUNDOS INV - PSF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.06.03.02.06	FUNDOS INV - ASSIST BASICIA	31,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.06.03.02.07	FUNDOS INV - PSF ESTADUAL	406,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.06.03.02.08	FUNDOS INV - SIS FRONTEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.06.03.02.10	FUNDOS INV - VISAVIX FISCALIZACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.06.03.02.11	FUNDOS INV - CONST. UNIDADE DE SAUDE	9.848,17	3.462,57	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.06.03.02.12	FUNDOS INV - PROG. SAUDE DA MULHER	371,23	720,76	428,78	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.06.03.03.00	FUND APlic. COTAS - REN. VAR. REC. VINC. OUT.	3.241,58	2.661,11	2.321,75	10.000,00	9.400,00	9.800,00	11.000,00
1325.06.03.03.01	FUNDOS INV - FUS 15%	3.241,58	2.651,11	2.321,75	10.000,00	9.400,00	9.800,00	11.000,00
1325.06.03.03.02	FUND APlic. COTAS - REN VAR REC ENSINO	10.275,02	10.651,37	13.319,95	8.400,00	13.200,00	10.000,00	10.700,00
1325.06.03.02.00	FUND APlic. COTAS - REN VAR REC MDE	528,01	693,39	1.782,32	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.06.03.02.01	FUND INV - MERENDA ESCOLAR	29,03	148,64	404,50	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.06.05.02.02	FUND INV SALARIO EDUCACAO	346,66	333,88	817,02	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.06.05.02.03	FUND INV TRANSP. ESC FEDERAL	133,81	210,87	465,64	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.06.05.02.04	FUND INV PNATE ESTADUAL	0,00	0,00	95,16	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.06.05.02.05	FUND INV ACOES COMP EDUCACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.06.05.02.06	FUND INV - MERENDA CRECHE	4,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.06.05.02.07	FUND INV - MERENDA PRE-ESCOLA	13,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.06.05.03.00	FUND APlic. REC. VINC. - MDE/CUT VINC.	3.783,00	4.349,68	5.660,87	2.000,00	6.200,00	3.000,00	3.200,00
1325.06.05.03.01	FUND INV - EDUCACAO 5%	3.491,81	2.141,75	4.061,21	2.000,00	4.500,00	3.000,00	3.200,00
1325.06.05.03.02	FUND INV - EDUCACAO 25%	291,19	2.131,34	1.569,66	0,00	1.700,00	0,00	0,00
1325.06.05.03.03	FUND INV ALIENACAO EDUCACAO	0,00	76,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.06.05.03.04	FUND INV EM COTAS - R. VARIAVEL - FUNDEB 00%	5.964,01	5.608,29	5.676,76	6.400,00	7.000,00	7.000,00	7.500,00
1325.06.05.03.05	FUND INV EM COTAS - R. VARIAVEL - FUNDEB 40%	0,00	0,00	4.832,55	0,400,00	5.000,00	7.000,00	7.500,00
1325.06.05.03.06	FUND APlic. COTAS REN VAR - REC. ROVALTIES	7.911,45	21.080,77	9.920,20	25.600,00	11.600,00	6.200,00	9.700,00
1325.06.05.03.07	FUND INV - ROYALTIES	7.413,64	20.763,69	9.672,30	25.100,00	11.000,00	8.600,00	9.000,00
1325.06.05.03.08	FUND INV - FONTE ESPECIAL	487,31	317,08	247,90	500,00	600,00	600,00	700,00
1325.06.06.03.00	FUND INV RECURSOS PETROLEO	10,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.06.09.00.00	FUND APlic. COTAS REN VAR. REC. CIDE 10866	383,40	161,20	143,31	500,00	0,00	0,00	0,00
1325.06.09.00.00	FUND APlic. COTAS REN VAR. DEMAIS REC	7.262,50	64.640,53	44.452,41	86.500,00	104.000,00	111.900,00	118.600,00
1325.06.08.01.00	FUND INVEST BB - FPM - Fante 1000	0,00	12.054,54	3.806,73	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.06.08.02.00	FUND INVEST BB - FOLHA - Fante 1000	0,00	139,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1325.06.99.03.00	FUND INVEST DIVERSOS - Fonte: 1000	0,00	3.581,69	5.003,24	0,00	0,00	0,00
1325.06.99.04.00	FUND INVEST - ICMS DESONERACAO - Fonte 1000	0,00	349,55	87,29	0,00	0,00	0,00
1325.06.99.05.00	FUND INVEST - ICMS - Fonte 1000	0,00	11.074,57	6.076,58	0,00	0,00	0,00
1325.06.99.06.00	FUND INVEST - IPI EXPORTACAO - Fonte 1000	0,00	417,27	164,10	0,00	0,00	0,00
1325.06.99.07.00	FUND INVEST - IPVA -Fonte 1000	0,00	1.630,44	1.372,42	0,00	0,00	0,00
1325.06.99.09.00	F INVEST B BRASIL - SEMAE AGUA - Fonte 1055	1.008,28	2.151,23	1.682,05	2.500,00	2.300,00	2.400,00
1325.06.99.10.00	F INVEST B BRASIL - TX VIG SANITARIA - Fonte 1510	216,98	464,37	721,44	1.000,00	1.000,00	1.100,00
1325.06.99.11.00	F INVEST B BRASIL - ILUM PUB - COSIP - Fonte 1507	4.198,99	1.941,39	1.064,98	3.500,00	6.600,00	7.000,00
1325.06.99.12.00	F INVEST B BRASIL - ALIENACOES	0,00	46,14	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.06.99.14.00	F INVEST B BRASIL - PETI	1.225,06	210,45	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.06.99.17.00	F INVEST B BRASIL - IGDBF - Fonte 31751	13,27	20,08	146,74	0,00	0,00	0,00
1325.06.99.19.00	FUND INVEST CAIXA - ICMS - Fonte 1000	0,00	1.981,82	986,48	0,00	0,00	0,00
1325.06.99.20.00	FUND INVEST BB - CEX	0,00	377,92	24,32	0,00	0,00	0,00
1325.06.99.22.00	FUND INVEST BB - API	0,00	90,24	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.06.99.23.00	FUND INVEST CAIXA - DIVERSOS - Fonte 1000	0,00	6.971,75	6.048,72	0,00	0,00	0,00
1325.06.99.24.00	FUND INVEST CAIXA - CAMARA - Fonte 1000	0,00	262,44	552,89	0,00	0,00	0,00
1325.06.99.25.00	FUND INVEST CAIXA - IPVA -Fonte 1000	0,00	7.120,91	5.143,45	0,00	0,00	0,00
1325.06.99.26.00	FUND INVEST BB - CULTIVANHO AGUA BOA - Fonte 31712	0,00	180,35	8,76	0,00	0,00	0,00
1325.06.99.30.00	FUND INVEST BB - SIMPLES NACIONAL - Fonte:1000	0,00	739,40	61,20	0,00	0,00	0,00
1325.06.99.36.00	FUND INVEST	0,00	0,00	1.355,23	0,00	0,00	0,00
1325.06.99.39.00	FUND INV - TAXAS PODER DE POLICIA -- Fonte 1510	0,00	576,72	715,15	3.000,00	3.300,00	3.500,00
1325.06.99.40.00	FUND INV - TAXA PRESTACAO DE SERVICOS - LIMP-FUB 1511	0,00	1.36,15	1.041,61	4.000,00	3.300,00	3.500,00
1325.06.99.41.00	FUND INVEST	0,00	0,00	199,59	0,00	0,00	0,00
1325.06.99.43.00	FUND INV - PISO VARIAVEL MEDIA COMPLEXIDADE - Fonte 31747	0,00	0,00	215,59	0,00	0,00	0,00
1325.06.99.45.00	FUND INV - APOIO FINANCEIRO AOS MUNICIOS - Fonte 1000	0,00	0,00	199,26	0,00	0,00	0,00
1325.06.99.47.00	FUND INVEST	0,00	0,00	719,05	0,00	0,00	0,00
1325.06.99.49.00	FUND INV - PISO BASICO VARIAVEL II - Fonte 31759	0,00	0,00	224,10	0,00	0,00	0,00
1325.06.99.99.00	OUTROS FUND INV LIVRES	0,00	12.122,14	1.780,47	72.500,00	87.500,00	94.500,00
1340.00.00.00.00	COMPENSACOES FINANCEIRAS	2.777.239,64	3.242.656,58	2.640.124,64	3.250.000,00	2.990.000,00	3.850.000,00
1340.01.00.00.00	UTIL REC HIDR TRAT ITAIPU PARC VINC	2.777.239,64	3.242.656,55	2.640.124,54	3.250.000,00	2.990.000,00	3.850.000,00
1600.00.00.00.00	RECEITA DE SERVICOS	385.861,75	455.951,47	464.257,70	505.000,00	547.000,00	563.000,00
1600.01.00.00.00	SERVICOS COMERCIAIS	0,00	0,00	0,00	700,00	1.000,00	1.400,00
1600.01.99.01.00	VENDA DE HIDROMETROS	0,00	0,00	0,00	700,00	1.000,00	1.400,00
1600.13.00.00.00	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	4.123,11	12.996,60	8.837,20	7.400,00	8.500,00	10.400,00
1600.13.01.00.00	SERV INSCRIÇÃO CONCURSO PUBLICOS	0,00	8.830,00	4.700,00	2.000,00	3.000,00	3.500,00
1600.13.02.00.00	SERVICOS DE VENIA DE EDITAIS	11,07	54,56	25,16	40,00	50,00	90,00
1600.13.99.01.00	OUTROS SERVICOS ADMINISTRATIVOS ECT	4.112,04	4.112,04	4.112,04	5.000,00	5.000,00	6.000,00
1600.41.00.00.00	SERVICOS DE CAPADUE TRAT DA AGUA	297.732,28	326.357,23	361.888,56	360.000,00	410.000,00	404.500,00
1600.45.00.00.00	SERV PREP TERRA PROP PARTICULAR	57.747,71	74.483,49	51.466,75	65.800,00	78.200,00	82.600,00
1600.48.00.00.00	SERVICOS DE RELIGAMENTO DE AGUA	337,50	344,25	542,75	500,00	800,00	1.000,00
1600.99.00.00.00	OUTROS SERVICOS	25.921,15	41.769,90	41.492,44	50.600,00	48.500,00	63.100,00
1600.99.01.00.00	ADEQUACAO DE ESTRADAS RURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1600.99.02.00.00	SERV DE PAV OFICINA IRREGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1600.99.03.00.00	SERVICOS DE LIGACAO DE AGUA	9.063,56	12.519,05	12.721,58	14.300,00	14.500,00	15.500,00
1600.99.04.00.00	SERVICOS DE CONSERVOS E SERVICO	30,25	202,55	1.072,70	1.000,00	2.500,00	2.600,00
1600.99.05.00.00	SERVICOS DE MUDANCA DE HIDROMETRO	0,00	0,00	0,00	300,00	500,00	1.000,00
1600.99.06.00.00	CIS - ADDS DE SAUDE DE LUCA OS SUS	10.127,34	29.048,20	27.400,16	35.000,00	33.000,00	45.000,00
1700.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	9.000.815,10	9.053.763,15	10.647.021,63	10.917.000,00	12.144.500,00	12.321.000,00
1720.00.00.00.00	TRANSF INTERGOVERNAMENTAIS	8.838.406,80	9.025.856,10	10.336.819,95	10.857.000,00	12.146.000,00	13.111.000,00

1721.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DA UNIÃO	5.576.884,70	5.419.720,78	5.993.951,48	6.668.000,00	7.145.000,00	7.438.000,00	8.053.000,00
1721.01.00.00.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	4.885.615,87	4.470.538,97	5.015.636,17	5.466.000,00	6.013.000,00	6.513.000,00	6.969.000,00
1721.01.02.00.00	COTA PARTE - FPM	4.664.829,15	4.261.277,03	4.794.455,14	5.250.000,00	5.762.000,00	6.215.000,00	6.650.000,00
1721.01.05.00.00	CT-PARTE DO IMP S/ PROP TERRURAL	14.693,34	10.630,90	11.648,18	16.000,00	14.000,00	18.000,00	19.000,00
1721.01.99.00.00	COTA PARTE - FPM - 1% DEZEMBRO	206.093,38	198.631,04	209.492,85	200.000,00	237.000,00	280.000,00	300.000,00
1721.22.00.00.00	TRANSF COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	65.061,50	47.355,35	59.365,44	68.000,00	68.000,00	83.000,00	88.000,00
1721.22.70.00.00	(COTA PARTE FUNDO ESP DO PETROLIFERO)	65.061,50	47.355,35	59.365,44	68.000,00	68.000,00	83.000,00	88.000,00
1721.33.00.00.00	TRANSF DE REC. SIST. ÚNICO DE SAUDE	364.762,12	422.414,49	485.127,28	481.000,00	521.000,00	468.000,00	498.500,00
1721.33.10.00.00	ATENÇÃO BASICA	342.614,43	401.863,70	418.306,28	454.500,00	451.000,00	436.000,00	464.200,00
1721.33.10.01.00	PABUSUS - PARTE FIXA	74.801,25	78.064,02	87.891,00	89.500,00	89.000,00	78.000,00	83.000,00
1721.33.10.02.00	PABUSUS - PARTE VARIÁVEL	267.813,18	323.799,66	330.415,20	365.000,00	362.000,00	358.000,00	381.265,00
1721.33.10.02.01	SAÚDE DA FAMÍLIA	127.800,00	140.800,00	153.600,00	162.500,00	169.000,00	180.000,00	192.000,00
1721.33.10.02.02	AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE	85.328,00	94.715,92	115.808,00	105.000,00	116.000,00	99.000,00	105.000,00
1721.33.10.02.03	SAUDE BUCAL	40.300,00	44.000,00	48.000,00	50.000,00	50.000,00	63.000,00	67.000,00
1721.33.10.02.04	COMPENSACAO DE ESPECIFICIDADES REGIONAIS	7.734,72	14.233,76	12.047,28	12.500,00	15.000,00	3.000,00	3.200,00
1721.33.10.02.05	SIS FRONTEIRAS	8.650,46	30.000,00	0,00	35.000,00	12.000,00	13.000,00	14.000,00
1721.33.30.00.00	VIGILÂNCIA EM SAUDE	22.147,69	20.550,79	66.821,00	26.500,00	70.000,00	32.000,00	34.300,00
1721.33.30.01.00	COMP DA VIGILÂNCIA EPID. E AMB EM SAUDE	12.224,52	12.238,48	48.129,37	15.500,00	45.000,00	21.000,00	22.500,00
1721.33.30.01.01	PABUSUS - PR NAC/V SAN EP CON DOEN - FCD	12.224,52	12.238,46	8.179,37	16.500,00	10.000,00	21.000,00	22.500,00
1721.33.30.01.02	INCENTIVO POLITICA PROM SAUDE E PREV DOENÇAS	0,00	0,00	40.000,00	0,00	35.000,00		
1721.33.30.02.00	COMPONENTE DA VIGILÂNCIA SANITARIA	5.923,17	6.262,31	8.888,29	10.000,00	11.000,00	11.000,00	11.800,00
1721.33.30.02.01	VISA - FISCALIZACAO SANITARIA	9.923,17	8.262,31	8.888,29	10.000,00	11.000,00	11.000,00	11.800,00
1721.33.30.20.99.01	VIGILÂNCIA EM SAUDE - OUTROS COMPONENTES	0,00	0,00	9.803,34	0,00	14.000,00	0,00	0,00
1721.33.40.00.00	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1721.33.40.01.00	COMPONENTE BÁSICO DA ASSIST FARMACEUTICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1721.33.40.01.01	PART FINANCEIRA FIXA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1721.33.40.01.02	PART FINANCEIRA VARIÁVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1721.33.99.00.00	OUTRAS TRANSF UNIÃO - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1721.33.99.04.00	PROGRAMA SIS FRONTEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1721.33.98.05.00	PROGRAMA MÉDIA ALTA COMPLEX VIG SANIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1721.34.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE REC. DO FNNS	59.773,70	73.073,90	116.021,45	195.000,00	185.000,00	104.000,00	154.000,00
1721.34.02.00.00	TRANSF FNNS E PROG AF PES. IEGSA	3.505,00	10.206,00	1.701,00	0,00	0,00	10.500,00	11.000,00
1721.34.04.01.04	TRANSE FNNS PI PROG PETRÓLEO	44.160,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1721.34.04.01.05	TRANSF FNNS PI OUT PROG ASSIST ICDEB	7.108,70	5.007,00	4.320,45	7.000,00	8.000,00	8.500,00	9.000,00
1721.34.04.01.06	PISO VARIÁVEL DE MEDIA COMPLEXIDADE	0,00	57.000,00	49.500,00	66.000,00	55.000,00	85.000,00	60.000,00
1721.34.04.04.00	TRANSF PISO VARIÁVEL II	0,00	0,00	11.000,00	12.000,00	12.000,00	0,00	14.000,00
1721.34.99.05.00	PISO BÁSICO FIXO	0,00	0,00	22.500,00	55.000,00	55.000,00	0,00	27.000,00
1721.34.99.06.00	PISO FIXO DE MEDIA COMPLEXIDADE II	0,00	0,00	27.010,00	55.000,00	55.000,00	0,00	33.000,00
1721.35.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE REC. DO FNDE	130.345,59	161.775,13	213.036,87	180.000,00	236.000,00	169.000,00	180.000,00
1721.35.01.00.00	TRANSF SALARIO - EDIF CANT	87.761,49	83.451,83	101.259,02	95.000,00	115.000,00	110.000,00	117.200,00
1721.35.03.00.00	TRANSF FNDE-P/MAC MERAL ESC - PNAC	19.008,00	28.740,80	45.600,00	32.000,00	51.000,00	28.000,00	29.500,00
1721.35.04.00.00	TRANSF DIR. FNDE - PNATE	15.436,40	49.532,50	60.077,55	53.000,00	70.000,00	16.000,00	19.000,00
1721.35.99.01.00	OUT TRANSF DIRETAS FNDE - PNAC	3.080,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	6.300,00
1721.35.99.03.00	OUT TRANSF DIRETAS FNDE - MERENDA FNE	5.060,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.500,00
1721.36.00.00.00	TRANSF FINANC LEI COMPL. 087/96	33.689,63	35.876,40	38.805,84	43.000,00	46.000,00	50.000,00	54.000,00
1721.36.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	37.636,29	203.676,54	65.955,43	235.000,00	76.000,00	51.000,00	109.500,00
1721.36.00.00.00	TRANSF FEX - FUNDO DE EXPORTAÇÕES	37.636,29	24.978,29	22.418,41	35.000,00	26.000,00	51.000,00	54.500,00
1721.36.00.00.00	TRANSF FEX - FUNDO AOS MUNICÍPIOS - FPM	0,00	183.694,25	43.540,04	200.000,00	50.000,00	0,00	55.000,00
1722.00.00.00.00	TRANSFÉRENCIAS DOS ESTADOS	2.442.472,21	2.691.822,02	3.263.493,90	3.139.000,00	3.716.500,00	3.508.000,00	3.778.000,00
1722.01.00.00.00	PARTICIPAÇÃO NA REC. DOS ESTADOS	2.315.905,67	2.586.455,94	3.116.594,49	2.979.500,00	3.567.000,00	3.336.000,00	3.595.000,00
1722.01.01.00.00	KAIKA PARTE IGM	2.028.723,96	2.258.705,00	2.752.220,25	2.905.000,00	3.150.000,00	2.940.000,00	3.150.000,00

1722.01.02.00.00	COTA-PARTE DO IPVA	208.471,49	283.769,05	275.290,33	296.000,00	315.000,00	284.000,00	330.000,00
1722.01.04.00.00	COTA-PARTE DO IPV Sobre Export.	58.798,22	49.746,05	63.452,18	55.000,00	73.000,00	60.000,00	85.000,00
1722.01.13.00.00	COTA PARTE CONT. INTERV. DOM. ECON.	23.912,50	14.171,78	25.631,69	23.500,00	29.000,00	32.000,00	30.000,00
1722.22.30.00.00	CT-PRF ROY-COMP FIN-PR PETL 7.990,89	901,57	30,52	0,00	1.500,00	500,00	2.000,00	2.000,00
1722.33.00.00.00	TRANS REC SAUDE - REPASSE FDO A FD	121.664,97	105.335,56	144.396,39	158.000,00	149.000,00	170.000,00	181.000,00
1722.33.01.00.00	PROGRAMA DE ASISTÊNCIA BÁSICA	13.164,97	14.161,25	17.396,39	20.000,00	20.000,00	22.000,00	23.000,00
1722.33.02.00.00	PROGRAMA SAUDE DA FAMÍLIA ESTADUAL	28.500,00	16.500,00	12.000,00	30.000,00	13.000,00	31.000,00	33.000,00
1722.33.03.00.00	PROGRAMA SAUDE DA MULHER E DA CRIANÇA	80.000,00	74.674,31	115.000,00	108.000,00	116.000,00	117.000,00	125.000,00
1722.99.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	0,00	0,00	2.503,02	0,00	0,00	0,00	0,00
1724.00.00.00.00	TRANSF. MULTIGOVERNAMENTAIS	819.049,89	914.315,30	1.081.374,57	1.050.000,00	1.240.000,00	1.200.000,00	1.280.000,00
1724.01.00.00.00	TRAN DO FEST DE M DE FVN-FUNDEB	819.049,89	914.315,30	1.081.374,57	1.050.000,00	1.240.000,00	1.200.000,00	1.280.000,00
1760.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÉNIOS	162.408,30	27.905,05	308.201,68	60.000,00	43.000,00	175.000,00	146.000,00
1761.00.00.00.00	TRANSF. DE CONV. UNIÃO DE SUAS ENT.	113.701,95	7.658,34	285.981,27	35.000,00	10.000,00	110.000,00	116.000,00
1761.99.02.00.00	CONVENIO ITAPIU - CULTIVANDO ÁGUA BOA	88.701,95	7.658,34	285.981,27	35.000,00	10.000,00	110.000,00	116.000,00
1761.99.03.00.00	CONVENIO ITAPIU ESTUFA MUDAS PLANT. MED	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1762.00.00.00.00	TRAN CONV DO ESTE DF. E SUAS ENT.	48.706,35	20.246,71	22.220,41	25.000,00	33.000,00	65.000,00	30.000,00
1762.02.10.00.00	CONVENIO TRANSPORTE ESCOLAR	48.706,35	20.246,71	22.220,41	25.000,00	33.000,00	65.000,00	30.000,00
1763.00.00.00.00	TRANSE CONV MUNIC E SUAS ENTID Balsa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1900.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	165.448,87	200.696,21	389.377,82	298.000,00	338.500,00	210.500,00	281.100,00
1910.00.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	26.551,08	30.984,73	34.655,82	32.200,00	43.500,00	30.000,00	32.200,00
1911.00.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIB.	13.221,57	10.188,45	9.126,60	11.700,00	10.300,00	8.400,00	9.200,00
1911.35.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA - TX VIG SANIT	213,72	151,66	400,00	300,00	350,00	400,00	400,00
1911.38.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA - IPTU	340,54	383,96	581,63	600,00	700,00	600,00	700,00
1911.39.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA - ITBI	51,66	9.53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1911.40.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA - ISS	360,62	2.371,76	706,37	3.000,00	800,00	550,00	700,00
1911.98.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA - CONT. MELH.	2.285,15	5.629,58	5.951,79	6.000,00	6.600,00	5.600,00	6.000,00
1911.99.05.00.00	MULTA E JUROS DE MORA DE TAXAS	0,00	900,76	1.373,27	1.200,00	1.300,00	1.300,00	1.400,00
1911.99.05.01.00	MULTASE J DE M - TX PODER DE POLICIA	0,00	900,76	263,05	1.200,00	650,00	650,00	700,00
1911.99.05.02.00	MULTASE JUROS DE MORA - TX PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	0,00	1.110,22	0,00	650,00	650,00	700,00
1911.99.07.00.00	MULTA E JUROS DE MORA DAS COSIP	0,00	0,00	306,60	0,00	0,00	0,00	0,00
1911.99.08.00.00	MULTASE JUROS DE MORA DAS OUTROS TRIBUTOS	0,00	266,20	54,04	0,00	0,00	0,00	0,00
1912.12.09.00.29	MULTAS E JUROS DE MORA COSIP FATURA	0,00	414,97	0,00	500,00	600,00	0,00	0,00
1913.00.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUT. TRIBUTOS	9.969,88	15.451,20	19.174,37	10.800,00	21.300,00	17.000,00	18.000,00
1913.00.00.00.00	MULTAS E JUROS MORA DIV ATIVA TRIB	9.969,88	15.451,20	19.174,37	10.800,00	21.300,00	17.000,00	18.000,00
1913.11.00.00.00	MULTAS E JUROS MORA DIV ATIVA TRIB	1.632,21	3.237,88	3.185,14	3.500,00	3.500,00	3.400,00	3.600,00
1913.13.00.00.00	MULTASE JUROS MORA DIV ATIVA - ISS	3.181,34	854,79	6.118,07	1.000,00	5.600,00	7.000,00	7.400,00
1913.35.00.00.00	MULTE JUR MORA-DIV ATIVA VIG SANIT	246,60	728,43	1.186,81	1.000,00	1.300,00	600,00	700,00
1913.98.00.00.00	MULTASE J M DIV ATIVA - CONT. MELHORIA	459,11	1.245,10	1.740,70	1.500,00	1.900,00	2.500,00	2.600,00
1913.99.00.00.00	M E JUR M DIV ATIVA OUTROS TRIBUTOS	4.248,62	9.384,50	7.942,79	3.800,00	9.000,00	3.500,00	3.700,00
1913.99.01.00.00	MULTASE J M DIV ATIVA PODER DE POLICIA	4.248,62	6.781,45	2.282,59	3.600,00	4.000,00	1.000,00	1.100,00
1913.99.02.00.00	MULTASE JUROS DE MORA - TX PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	0,00	5.660,20	0,00	5.000,00	2.500,00	2.600,00
1913.99.02.00.00	MULTASE JUROS DE MORA TRIBUTOS DIRETOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1914.00.00.00.00	MULTAS E JUR MORA-DIV ATIVA CONTRIBUIÇÕES	1.489,42	2.387,18	1.519,51	2.000,00	2.500,00	1.200,00	1.300,00
1914.99.00.29.02	ENG. MORAT COSIP - COBRANÇA NO CARNE - IPTU	1.489,42	2.387,18	1.519,51	2.000,00	2.500,00	1.200,00	1.300,00
1915.00.00.00.00	M. E. J. DE MORA DA DIVAT. OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	2.073,53	3.000,00	3.500,00	0,00	0,00
1915.99.01.00.00	MULTA E JUROS DE MORA DA DIV ATIVA DE OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	2.073,53	3.000,00	3.500,00	0,00	0,00
1916.00.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	1.316,06	2.333,16	2.156,20	3.500,00	3.500,00	1.200,00	1.300,00

2114.99.99.05.00	OP CRÉD - CAMINHÃO 1421/2007	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2114.99.99.07.00	OP CRÉD - EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS - FONTE 21612	0,00	0,00	100.000,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00
2114.99.99.09.00	OP CRÉD - CAMINHAO/2010	0,00	0,00	197.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2114.99.99.11.00	OP CRÉD - CONSTRUÇÃO CIVIL - FONTE 21615	0,00	0,00	340.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2114.99.99.12.00	OP CRÉDITO/AQUISIÇÃO DE MOTONIVELADORA	0,00	0,00	385.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2200.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	19.200,00	0,00	30.000,00	30.000,00	10.000,00	30.000,00
2210.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS - MÓVEIS	0,00	19.200,00	0,00	30.000,00	30.000,00	10.000,00	30.000,00
2210.01.05.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS - REC. EDUCACAO	0,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	10.000,00
2210.02.00.00.00	ALIENAÇÃO DE VÉICULOS ADQUIRIDOS-REC. NÃO VINC	0,00	6.200,00	0,00	30.000,00	30.000,00	10.000,00	30.000,00
2220.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS - IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2300.00.00.00.00	AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2300.99.00.00.00	AMORTIZAÇÕES DE FINANC. DIV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2400.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	476.500,00	339.250,00	368.635,94	910.000,00	490.000,00	300.000,00	400.000,00
2420.00.00.00.00	TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2430.00.00.00.00	TRANSF. INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2470.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVENTOS	476.500,00	339.250,00	151.903,76	910.000,00	490.000,00	300.000,00	400.000,00
2471.00.00.00.00	TRANS. CONV DA UNIÃO E SUAS ENTID	476.500,00	339.250,00	151.903,76	910.000,00	490.000,00	300.000,00	400.000,00
2471.01.00.00.00	TRANSF CONV SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	0,00	56.250,00	0,00	200.000,00	0,00	400.000,00	400.000,00
2471.01.03.00.00	TRANSF CONV SUS/FUNASA UNID SAUDE ETAPA II	0,00	56.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2471.01.99.02.00	TRANSF. CONV SUS EQUIPAMENTOS SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
2471.01.99.06.00	TRANSF. CONV SUS - CONSTRUÇÃO DE PISCINA	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00
2471.02.00.00.00	TRANSF CONV UNIÃO - PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	14.403,76	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00
2471.02.02.00.00	CONVENIO ITAIPU-CONSTRUÇÃO CISTERNA	0,00	0,00	14.403,76	0,00	0,00	0,00	0,00
2471.02.03.00.00	TRANSF CONV - CONSTRUÇÃO DE CRECHE	0,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00
2471.03.00.00.00	TRANSF CONV SUS - SANEAMENTO	86.500,00	88.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2471.03.03.00.00	TRANSF CONV SUS - SANEAMENTO	86.500,00	60.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2471.99.03.02.00	GALERIAS PLUVIAIS ARROIO GUACU - ITAIPU	0,00	28.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2471.05.00.00.00	TRANSF CONV PROGRAMAS TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00
2471.05.01.00.00	TRANSF CONV/CONSTRUÇÃO INFRAESTRUTURA URBANA - FONTE 31754	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
2471.05.04.00.00	TRANSF CONV/CONSTRUÇÃO INFRAESTRUTURA URBANA - FONTE 31758	0,00	0,00	0,00	100.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00
2471.99.99.00.00	OUT TRANSF CONVÉNIO UNIÃO	390.000,00	195.000,00	97.500,00	410.000,00	190.000,00	100.000,00	0,00
2471.99.99.11.00	TRANSF CONV. PATRULHA AGRÍCOLA	243.750,00	97.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2471.99.99.12.00	TRANSF CONV ÁREA DE LAZER	146.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2471.99.99.13.00	TRANSF CONV INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2471.99.99.14.00	TRANSF CONV PATRULHA AGRÍCOLA 2010	0,00	0,00	97.500,00	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00
2471.99.99.15.00	TRANSF CONV PATRULHA AGRÍCOLA 2011 - FONTE 31755	0,00	97.500,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
2471.99.99.18.00	TRANSF CONV CONST DE ESPAÇO CULTURAL - FONTE 31759	0,00	0,00	0,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00
2471.99.99.19.00	TRANSF CONV/CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA - FONTE 31770	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
2471.99.99.20.00	TRANSF CONV ITAIPU - CULTIVANDO ÁGUA BOA - FONTE 31712	0,00	0,00	135.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00
2472.00.00.00.00	TRANSF.CONV.DOS EST.DF. E SUAS ENT.	0,00	0,00	216.732,18	0,00	0,00	0,00	0,00
2472.99.05.00.00	TRANSF. CONV. ASS SOC	0,00	0,00	216.732,18	0,00	0,00	0,00	0,00
9000.00.00.00.00	REDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	1.273.627,33	1.376.011,86	1.587.180,24	1.670.000,00	1.898.000,00	1.949.400,00	2.092.600,00
9101.00.00.00.00	RE/NUNCIA	0,00	0,00	0,00	5.000,00	7.000,00	8.000,00	8.000,00
9101.00.00.00.00	RE/NUNCIA DO IPTU	0,00	0,00	0,00	5.000,00	7.000,00	8.000,00	8.000,00

9104 00 00 00,00	RENUNCIÁCIA DE TAXAS EM GERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9105 00 00 00,00	RENUNCIÁCIA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9106 00 00 00,00	RENUNCIÁCIA DA COSIP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9300 00 00,00,00	DESCONTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00	0,00	25.000,00	25.000,00	27.000,00
9301 00 00 00,00	DESCONTOS IPTU	0,00	0,00	0,00	11.000,00	14.000,00	17.000,00
9305 00 00 00,00	DESCONTOS CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	6.000,00	7.000,00	10.000,00
9700 00 00,00,00	DED. DE REC. P/ FORMAÇÃO DO FUNDEB	1.273.627,33	1.376.011,86	1.587.180,24	1.653.000,00	1.872.000,00	2.057.600,00
9721 01 02 00,00	DED DE RP/PIOR DO FUNDEB - FPM	355.063,18	352.255,05	938.888,69	1.050.000,00	1.152.400,00	1.243.000,00
9721 01 05,00,00	DED DE RP/PIOR DO FUNDEB - ITR	1.958,47	2.126,08	2.329,55	3.200,00	2.800,00	3.800,00
9721 36 00 00,00	DED DE RP/PIOR FUNDEB-LEI 87/96	6.175,22	7.175,28	7.761,12	8.600,00	9.200,00	10.800,00
9722 01 01,00,00	DED DE RP/PIOR FUNDEB - CMS	371.864,75	451.753,55	550.443,68	521.000,00	630.000,00	586.000,00
9722 01 02,00,00	DED DE RP/PIOR FUNDEB - IPIVA	27.768,03	52.752,66	55.016,62	59.200,00	63.000,00	56.800,00
9722 01 04,00,00	DED DE RP/PIOR FUNDEB - IPI EXP	10.777,68	9.949,20	12.650,38	11.000,00	14.600,00	16.000,00
	TOTAL GERAL RECEITA BRUTA	13.575.899,55	14.072.265,23	16.205.596,10	17.325.000,00	17.498.000,00	18.539.400,00
	TOTAL GERAL RECEITA LIQUIDA	12.302.272,22	12.696.253,37	14.618.415,86	15.655.000,00	15.600.000,00	16.590.000,00
	RECEITA PREVISTA	11.950.000,00	14.321.000,00	15.655.000,00	15.600.000,00	16.590.000,00	16.880.000,00
	EXECUÇÃO EM PERCENTUAIS	102,95	106,24	102,08	100,00	100,00	100,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO	PREVISTA	ESTIMADA	ESTIMADA	ESTIMADA
RECEITA TRIBUTARIA	2008 389.134,79	2009 461.697,89	2010 590.432,76	2011 634.000,00	2012 597.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	171.162,55	191.756,07	194.245,50	210.000,00	216.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	2.819.946,49	3.349.950,44	2.715.114,75	3.381.000,00	3.133.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	385.861,75	455.951,47	464.257,70	505.000,00	547.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.000.84,10	9.053.763,15	10.647.021,63	10.917.000,00	12.144.500,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	165.446,87	200.686,21	386.377,62	298.000,00	338.500,00
TOTAL RECEITAS CORRENTES	12.932.389,55	13.713.815,23	15.000.460,16	15.945.000,00	16.978.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	167.010,00	0,00	836.500,00	440.000,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	19.200,00	0,00	30.000,00	10.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRESTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	476.500,00	339.250,00	368.635,94	910.000,00	490.000,00
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	643.510,00	358.450,00	1.205.155,94	1.380.000,00	520.000,00
TOTAL GERAL RECEITA BRUTA	13.575.899,55	14.072.265,23	16.205.596,10	17.325.000,00	17.498.000,00
(-) Deduções da Receita Corrente	1.273.627,33	1.376.011,86	1.587.180,24	1.670.000,00	1.898.000,00
TOTAL GERAL RECEITA LIQUIDA	12.302.272,22	12.696.253,37	14.618.415,86	15.655.000,00	15.600.000,00
Evolução	320%	15,14%	7,03%	-0,35%	0,35%
					1,75%

ANEXO II - DAS METAS FISCAIS

Demonstrativo III - Despesa

Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Anuais
(Artigo 4º, § 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000)

DESPESA ORÇAMENTÁRIA	EXECUTADA		PREVISTA		ESTIMADA		RS
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
DESPESAS CORRENTES	10.663.140,32	11.538.141,81	12.955.722,00	13.920.853,30	14.303.840,22	15.208.000,00	
Pessoal e Encargos Sociais	4.725.933,75	5.055.617,01	5.930.277,00	6.515.890,00	6.839.236,52	7.318.000,00	
Juros e Encargos da Dívida	91.372,17	81.532,18	32.000,00	100.000,00	20.000,00	90.000,00	
Outras Despesas Correntes	5.845.834,40	6.400.992,62	6.983.445,00	7.304.963,30	7.444.603,70	7.800.000,00	
DESPESAS DE CAPITAL	2.523.999,31	3.092.705,19	2.635.278,00	1.614.946,70	2.215.159,78	1.603.000,00	
Investimentos	2.091.996,45	2.534.916,80	2.155.278,00	1.117.047,00	2.005.159,78	1.053.000,00	
Inversões Financeiras	127.296,00	210.745,00	200.000,00	160.000,00	160.000,00	170.000,00	
Amortização da Dívida	304.706,86	347.043,39	280.000,00	337.899,70	50.000,00	380.000,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	64.000,00	64.200,00	71.000,00	69.000,00	
TOTAL GERAL	13.187.139,63	14.630.847,00	15.655.000,00	15.600.000,00	16.590.000,00	16.880.000,00	

NOTAS

1-) Pessoal e encargos sociais. O aumento das despesas neste grupo é decorrente do reajuste e reestruturação salarial dos servidores, bem como do aperfeiçoamento e ampliação dos serviços fornecidos pelo Município.

2-) Juros e encargos da dívida. O pagamento de juros e encargos é decorrente da contratação de concessões pelo Município, especialmente operações de crédito para aquisição de equipamentos e veículos ou construção de obras, que resultam em benefícios para a população. Ainda, comprova-se que os gastos neste grupo refletem a preocupação da Administração em honrar seus compromissos.

3-) Outras despesas correntes. O aumento das despesas neste grupo é decorrente da evolução dos gastos com o custeio da máquina pública, decorrente do aumento do número de serviços e facilidades conferidas à população.

4-) Investimentos e Inversões Financeiras. Os gastos nestes grupos representam obras, ampliações e melhorias na infraestrutura do Município, bem como a aquisição de imóveis, máquinas, equipamentos e veículos.

5-) Amortização da Dívida. Correspondente ao pagamento do principal da dívida contratual. A amortização da dívida impõe na redução da dívida pública, bem como, na redução do volume dos juros pagos.

ANEXO II - DAS METAS FISCAIS

Demonstrativo IV

Metas do Resultado Primário
(Artigo 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000)

DISCRIMINAÇÃO	Valores Correntes			Valores Constantes			R\$	
	REALIZADO		ORÇADO	PREVISTO	ESTIMADO			
	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014		
1 - RECEITA TOTAL	12.696.253,37	14.618.415,86	15.655.000,00	15.600.000,00	16.590.000,00	16.880.000,00		
2 - EXCLUSÕES DA RECEITA	126.493,86	911.490,11	601.000,00	173.000,00	450.900,00	180.000,00		
Aplicações Financeiras	107.293,86	74.990,11	131.000,00	143.000,00	140.900,00	150.000,00		
Anulações de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receitas de Operações de Crédito	0,00	836.500,00	440.000,00	0,00	300.000,00	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Alienação de Ativos	19.200,00	0,00	30.000,00	30.000,00	10.000,00	30.000,00		
3 - RECEITA FISCAL LIQUIDA (1-2)	12.569.759,51	13.706.925,75	15.054.000,00	15.427.000,00	16.139.100,00	16.700.000,00		
4 - DESPESA TOTAL	13.187.139,63	14.630.847,00	15.591.000,00	15.535.800,00	16.519.000,00	16.811.000,00		
5 - EXCLUSÕES DA DESPESA	523.375,03	639.320,57	512.000,00	597.899,70	230.000,00	640.000,00		
Juros e Encargos da Dívida	91.372,17	81.532,18	32.000,00	100.000,00	20.000,00	90.000,00		
Concessão de Empréstimos	127.296,00	210.745,00	200.000,00	160.000,00	160.000,00	170.000,00		
Aquis. Títulos Cap. Integralizados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Amortização da Dívida	304.706,86	347.043,39	280.000,00	337.899,70	50.000,00	380.000,00		
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
6 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA	0,00	0,00	64.000,00	64.200,00	71.000,00	69.000,00		
7 - DESPESA FISCAL LIQUIDA (4-5+6)	12.663.764,60	13.991.526,43	15.143.000,00	15.002.100,30	16.360.000,00	16.240.000,00		
8 - SALDO EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
9 - RESULTADO PRIMÁRIO (3+8-7)	-94.005,09	-284.600,68	-89.000,00	424.899,70	-220.900,00	-460.000,00		

Nota: 1- Os dados relativos a receitas e despesas foram extraídos das metas fiscais estabelecidas para as mesmas, conforme demonstrado anteriormente; 2- O cálculo da Meta de Resultado Primário obedeceu à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, por meio das Portarias expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, relativas às normas de Contabilidade Pública.

ANEXO II - DAS METAS FISCAIS

Demonstrativo V

Metas do Resultado Nominal
(Artigo 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000)

DISCRIMINAÇÃO	Valores Correntes			Valores Constantes			RS
	SALDO EM 2009 (b)	2010 (c)	PROVÁVEL EM 2011 (d)	2012 (e)	ESTIMADO EM 2013 (f)	2014 (g)	
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	775.422,11	1.253.691,99	1.354.000,00	1.633.826,00	1.883.826,00	1.503.826,00	
DEDUÇÕES DA DÍVIDA (II)	1.249.648,66	1.224.368,57	1.895.000,00	1.915.000,00	1.985.000,00	2.040.000,00	
Disponibilidade Bruta de Caixa	1.297.602,48	1.229.940,11	1.165.000,00	1.200.000,00	1.250.000,00	1.300.000,00	
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	765.000,00	750.000,00	770.000,00	780.000,00	
(-) Restos a Pagar Processados	-47.953,82	-5.571,54	-35.000,00	-35.000,00	-35.000,00	-40.000,00	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	-474.226,55	34.323,42	-541.000,00	-281.174,00	-101.174,00	-536.174,00	
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DÍVIDA FISCAL LIQUIDA (III+IV-V)	-474.226,55	34.323,42	-541.000,00	-281.174,00	-101.174,00	-536.174,00	
ESPECIFICAÇÃO							
RESULTADO NOMINAL	(b-a*)	(c-b)	(d-c)	(e-d)	(f-e)	(g-f)	
	-445.678,61	508.549,97	-575.323,42	259.826,00	180.000,00	-435.000,00	

Nota • "a" é o resultado da dívida fiscal líquida de 2008

1-) O cálculo das Metas Anuais relativas ao Resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normalizada pela STN.

2-) Os valores estimados da dívida correspondem ao saldo devedor, acrescido de juros e encargos, abatidos os valores com amortização da dívida;

3-) No cálculo foi considerada a realização de nova operação de crédito em 2013.

4-) Em virtude da impossibilidade de aquareção da disponibilidade bruta de caixa e demais haveres financeiros, pautamos as projeções nos valores efetivamente apurados de exercícios anteriores

ANEXO II - DAS METAS FISCAIS

Demonstrativo VI

Metas do Montante da Dívida Pública
(Artigo 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000)

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EM			PREVISTA			ESTIMADA		
	2009	2010	2011	2012	2013	2014			
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	775.422,11	1.258.691,99	1.354.000,00	1.633.826,00	1.883.826,00	1.503.826,00			
Dívida Mobiliária									
Dívida Contratual	775.422,11	1.258.691,99	1.354.000,00	1.633.826,00	1.883.826,00	1.503.826,00			
Interna	775.422,11	1.258.691,99	1.354.000,00	1.633.826,00	1.883.826,00	1.503.826,00			
Externa									
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) – Vencidos e não pagos									
Demais Dévidas									
DEDUÇÕES (II)*	1.249.648,66	1.224.368,57	1.895.000,00	1.915.000,00	1.985.000,00	2.040.000,00			
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.297.602,48	1.229.940,11	1.165.000,00	1.200.000,00	1.250.000,00	1.300.000,00			
Demais Haveres Financeiros			765.000,00	750.000,00	770.000,00	780.000,00			
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	(47.953,82)	(9.571,54)	(35.000,00)	(35.000,00)	(35.000,00)	(40.000,00)			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	[474.226,55]	34.323,42	(541.000,00)	(281.174,00)	(101.174,00)	(536.174,00)			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.947.981,65	11.657.009,57	12.171.500,00	12.832.828,00	13.248.240,00	13.650.160,00			
% da DC sobre a RCL (IV/RCL)	7,08	10,80	11,12	12,73	14,22	11,02			
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	(4,33)	0,29	(4,44)	(2,19)	(0,76)	(3,93)			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL <%>	120,00%	120,00%	120,00%	120,00%	120,00%	120,00%			
 DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	 SALDO EM	 2009	 2010	 2011	 2012	 2013	 2014	 ESTIMADA	
DÍVIDA DE PPR									
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS									
De Tributos									
De Contribuições Sociais									
Previdenciárias									
Demais Contribuições Sociais									
De FGTS									
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	775.422,11	1.258.691,99	1.354.000,00	1.633.826,00	1.883.826,00	1.503.826,00			
 OUTROS VALORES INTEGRANTES DA DC	 SALDO EM	 2009	 2010	 2011	 2012	 2013	 2014	 ESTIMADA	
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DEPÓSITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	401.748,30	361.774,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
 REGIME PREVIDENCIÁRIO	 SALDO EM	 2009	 2010	 2011	 2012	 2013	 2014	 ESTIMADA	
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)									
Passivo Atuário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Dévidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DEDUÇÕES (V)*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE: PM/Mercadorias/Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças

NOTA: Dívida Pública Consolidada é o montante total apurado

a) das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes da emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;

b) das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;

c) dos precatórios judiciais omitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;

Caso venha a conciliarizar despesas extraordinárias e outras passivas contingentes, em valores superiores a reserva de contingência, que coloque em risco as metas fiscais, será tomada providências no sentido de limpar a emissão de empenhos nos termos e condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, abrangendo todos os Poderes do Município.

O montante da reserva de contingência será aplicado na Lei Orçamentária Anual, para atender eventuais riscos fiscais como despesas judiciais extraordinárias e outras passivas contingentes.

PASSEIOS CONTINGENTES		PROVIDENCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	0,00	Dividas em Processo de Reconhecimento	0,00
Divisas e Garantias Concedidas	0,00	Assunção de Passivos	0,00
Assistências Diversas (Vencidas)	10.000,00	Abertura de Crédito Adicional a partir da Reserva de Contingência	10.000,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	Subtotal (i)	10.000,00
		TOTAL (i + ii)	10.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDENCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	200.000,00	Limitação da emissão de empenhos nos termos e condições estabelecidas na LDO	200.000,00
Restituição de Tributos a Major	0,00	Restituição de Tributos a menor	0,00
Discrepancia de Projetos	100.000,00	Limitação da emissão de empenhos nos termos e condições estabelecidas na LDO	45.800,00
Outros Riscos Fiscais	0,00	Abertura de Crédito Adicional a partir da Reserva de Contingência (parte)	54.200,00
		Subtotal (ii)	300.000,00
		TOTAL (i + ii)	310.000,00

For estabelecido um supeditado primário da ordem de R\$ 424.899,70 e a uma reserva de contingência de R\$ 64.200,00

(Artigo 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000)

Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências

ANEXO III - DOS RISCOS FISCAIS

ANEXO IV
Quadro Demonstrativo das Obras em Andamento Administração Direta
(Artigo 45, § Único, da Lei Complementar nº 101/2000)

Ordem	Denominação da Obra	Situação da Obra	% Executada	Valor (R\$)	
				Pago	A Pagar
1 ^a	PROJETO FUNDO DE VALE	PARALISADA	7,88	29.764,47	347.987,76
2 ^a	CENTRO DE EVENTOS – ARROIO GUACU	EM ANDAMENTO	100,00	89.655,63	30.191,12
3 ^a	FECHAMENTO DO BARRACÃO COMUNITÁRIO – SANGA GUAIBA	EM ANDAMENTO	83,16	26.214,70	4.570,00
4 ^a	FECHAMENTO DO BARRACÃO COMUNITÁRIO – SANGA MINEIRA	LICITADO	0,00	0,00	18.956,84
5 ^a	FECHAMENTO DO BARRACÃO COMUNITÁRIO – LOT. SCHNEIDER	LICITADO	0,00	0,00	21.424,55
6 ^a	CERCA- PROGRAMA CULTIVANDO ÁGUA BOA	EM ANDAMENTO	78,59	183.510,63	49.933,16
7 ^a	CENTRO DE REF. DE ASSIST. SOCIAL – CRAS	EM ANDAMENTO	100,00	133.359,64	37.506,19
8 ^a	CAMARA	LICITADO	0,00	0,00	522.757,86
9 ^a	RECAPE ASFÁLTICO – RUAS DA SEDE	EM ANDAMENTO	67,62	0,00	208.554,96
10 ^a	CICLOVIA	LICITADO	0,00	0,00	104.575,24
ACUMULADO				462.505,07	1.346.517,68

FONTE: PM Mercedes/Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças.